

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HEMANUEL JOSÉ ALVES VERAS

COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL E CIBERDEMOCRACIA:
DESLOCAMENTOS DE SENTIDOS NOS ÓRGÃOS FEDERAIS BRASILEIROS

Manaus
2012

COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL E CIBERDEMOCRACIA:
DESLOCAMENTOS DE SENTIDOS NOS ÓRGÃOS FEDERAIS BRASILEIROS

Dissertação apresentada como requisito para conclusão no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, na linha de pesquisa Ambientes Comunicacionais Midiáticos.

Orientador: Prof. Sérgio Augusto Freire de Souza
Aluno: Hemanuel Jhosé Alves Veras

Manaus
2012

Hemanuel Jhosé Alves Veras

COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL E CIBERDEMOCRACIA:
DESLOCAMENTOS DE SENTIDOS NOS ÓRGÃOS FEDERAIS BRASILEIROS

Manaus, 22 de junho de 2012

Presidente: Prof. Dr. Sérgio Augusto Freire de Souza
Universidade Federal do Amazonas

Membro Titular: Prof. Dr. Claudio Manoel de Carvalho Correia
Universidade Federal do Amazonas

Membro Titular: Prof. Dr. Marcelo Bastos Seráfico de Assis Carvalho
Universidade Federal do Amazonas

Dedico esse trabalho aos homens que se guiam pelas dúvidas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Heitor Veras e Genilda Barros, por todos os sacrifícios que realizaram para me permitir realizar meus sonhos e por todo amor que me dedicaram.

Agradeço a Bernardo Ale Abinader, companheiro de todas as horas, por todo apoio e incentivo prestados na realização desse e de tantos outros projetos.

Aos amigos-irmãos que encontrei ao longo da vida, Alex de Araújo, Cíntia Pessoa, Fernanda Gabriela, Pedro Vianna e Tory Oliveira, pelo apoio na concretização dos meus sonhos.

À Maurília Gomes, valorosa amiga nas horas mais difíceis, sem a qual o curso de mestrado seria mais conturbado e menos enriquecedor.

Aos colegas pesquisadores que incentivaram desde o início essa jornada intelectual, Luiz Fernando, Ivânia Vieira, Aline Lira, Graciene Siqueira, Inara Nascimento, Mônica Pinto, Clayton Nobre e Susy Freitas.

Ao meu orientador, conselheiro e incentivador, Sérgio Augusto Freire de Souza, por me acompanhar, pacientemente, durante esse longo e tortuoso percurso, perdoando minhas faltas e me indicando o melhor caminho possível.

A todos os professores e professoras que me apoiaram durante meus estudos, por sua dedicação e paciência.

“Vocês que emergirão da torrente em que nos afogamos, lembrem-se, ao falar de nossa fraqueza, do tempo sombrio a que escaparam. (...) Ai, nós que queríamos preparar o terreno para a bondade, não podíamos ser bons. (...) Lembrem-se de nós com indulgência.”

– Bertold Brecht –

RESUMO

A democracia é a forma de governo caracterizada pela igualdade de condições entre os cidadãos, mas ao longo da história, ela vem sendo modificada pela conjuntura social e história em que foi utilizada. Atualmente, o ciberespaço, que é o meio de comunicação inaugurado pela conexão de redes telemáticas, e o conjunto de práticas, hábitos e valores que surgem dentro dele, a cibercultura, pode vir a enriquecer as práticas democráticas, uma vez que possibilita a interlocução multidirecional e multiplural entre os agentes da sociedade e das administrações públicas. A proposta desse trabalho é analisar o sentido que a gestão do governo federal brasileiro atribui às práticas de ciberdemocracia. Para tanto é utilizada a teoria da Análise do Discurso, que revela os sentidos deslocados por conta da relação entre ideologia e linguagem, na análise da comunicação de três órgãos do governo federal.

Palavras-Chave: Democracia; Ciberespaço; Inclusão Digital; Discursos.

ABSTRACT

Democracy is the form of government characterized by equity of condition for all citizens. It has been changed by the social context history. Today, democracy may be enriched by the means of communication provided by telematics networks, cyberspace and by the set of practices and values that stem from it, namely cyberculture. However, the access to this powerful means is still made possible only through politics and economics. This work aims at analyzing the meanings given to the cyberdemocratic practices by the Brazilian Government. We use the theory of Discourse Analysis to unveil the meanings put into practice by the three instances of the Government.

Key-words: Democracy, Cyberspace, Digital Inclusion, Discourses

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 Democracia e ciberespaço	13
1.1 A Democracia e seus deslocamentos.....	13
1.2 A pós-modernidade e o indivíduo incompleto.....	22
1.3 O Ciberespaço e a comunicação não linear	27
2 Ideologia e linguagem.....	37
2.1 A relação entre ideologia e o poder.....	37
2.2 A teoria da Análise do Discurso	42
3 Comunicação governamental: uma análise	48
3.1 O Blog do Planalto	49
3.2 O Jornal da Câmara	52
3.3 O Portal do Supremo Tribunal Federal	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	61
ANEXOS	64

INTRODUÇÃO

De que forma os três poderes do governo brasileiro compreendem as questões da ciberdemocracia? Como eles entendem essa temática? Qual o sentido que os órgãos do governo adotam para a possível relação entre a cibercultura e a democracia quando precisam lidar com essas questões ao legislar projetos, executar políticas e julgar conflitos sociais?

Esses questionamentos foram os propulsores da execução dessa pesquisa. Em um país que avança economicamente a passos largos, as tecnologias da comunicação estão cada vez mais difundidas. O potencial de uso desses novos meios de comunicação a favor de uma democracia vai tornando-se mais claro, especialmente em tempos de *wikileaks*¹.

Mas essas considerações gerais não podem sozinhas responder às perguntas iniciais. Para que elas possam ser respondidas, o presente trabalho irá cobrir um percurso no cenário. No primeiro capítulo serão trabalhados os conceitos de democracia e de ciberespaço. Mais adiante trabalharemos com os conceitos de ideologia e linguagem. Todos serão utilizados na análise presente no terceiro capítulo.

A democracia não surgiu no mundo contemporâneo. Ela passou por várias mudanças até ser o que é hoje. Muitas dessas mudanças foram consequências das formas de comunicação que cada sociedade adotou um regime político democrático. Por isso iremos discutir o fenômeno da pós-modernidade e do sujeito incompleto, conceitos importantes para compreendermos as mudanças que a comunicação passou nos últimos cinquenta anos.

Iremos discutir o ciberespaço e essa nova forma de comunicar. O que esse meio de comunicação trouxe de novo para as sociedades e por que suas consequências podem ser complexas e diversas em cada sociedade atual.

¹ *Wikileaks* é uma organização não-governamental de comunicação sem fins lucrativos que se comprometeu em trazer ao público informação importante que é considerada secreta pelos governos e empresas. (PACHECO, 2011)

Mas apenas a revisão desses conceitos não seria o bastante para respondermos as perguntas que iniciam este texto. Foi necessário escolher um caminho, entre vários caminhos metodológicos possíveis, para avaliarmos a comunicação governamental e, através de uma análise, chegarmos à resposta ou respostas possíveis.

A escolha foi realizada considerando a necessidade de uma metodologia que levasse em conta a linguagem que o Governo utiliza em suas comunicações, mas que não se detivesse apenas numa análise superficial desse objeto. Era necessário determinar que ideias fundamentam essa compreensão do Governo, mesmo que essas não estejam presentes em suas comunicações de forma explícita.

Por conta disso, no segundo capítulo iremos analisar a relação existente entre a ideologia e a linguagem, discutindo não apenas o que é a ideologia, mas também sua relação com o poder dentro da sociedade. Esses dois conceitos são os que fundamentam a Análise do Discurso, a metodologia utilizada nesse trabalho.

Será apresentada uma análise de três textos produzidos por diferentes instâncias do Governo Federal brasileiro. A análise foi realizada levando em conta o sentido que esses textos atribuem à relação entre democracia e Internet. Por fim, serão feitas considerações finais, nas quais será apresentada a resposta aos nossos questionamentos iniciais.

A discussão deste trabalho é relevante no momento histórico em que as plataformas digitais e os movimentos *hackers* ganham destaque na mídia tradicional. Ao mesmo tempo, a inclusão digital entrou na pauta das disputas políticas brasileiras e os partidos políticos e órgãos governamentais passam a ser cobrados por sua presença na rede. O pouco que já foi discutido pelo governo brasileiro a respeito dessas temáticas esteve restrito à agendas políticas específicas, ficando à mercê das mudanças de gestão.

Para nós, a discussão é relevante uma vez que responde a questionamentos advindos de nossa formação acadêmica tanto na área da administração pública como na comunicação social. As pesquisas já realizadas em nível de graduação sobre a participação social nos processos decisórios governamentais e o papel que a comunicação no ciberespaço pode vir ter nesse processo foram constituintes para a realização dessa pesquisa e para o avanço nessas questões.

É importante reiterar que o objetivo do trabalho é analisar a comunicação de três órgãos governamentais a respeito das relações entre a cibercultura e a democracia. Essa análise discursiva possibilitará uma compreensão de como funciona nessas instituições

o processo de significação e contextualização das questões da cibercultura no engajamento democrático.

O papel da teoria da Análise do Discurso é o de explicitar esses processos dentro da comunicação analisada. Não pretendemos com isso nos aprofundar apenas nas questões discursivas do tema levantado, mas sim que a AD seja uma forma de avaliar nosso objeto, para que, a partir de suas conclusões, possamos esclarecer as questões suscitadas a respeito da ciberdemocracia na sociedade brasileira e o que entende o governo brasileiro dessas questões. Para iniciar, precisamos apresentar e discutir conceitos teóricos. É o que faremos a seguir.

1 Democracia e ciberespaço

No presente trabalho, buscamos compreender qual o sentido que o Governo Federal atribui à influência que a cibercultura pode exercer nos governos democráticos. Inicialmente será apresentado o que é a democracia e por que ela é tão influenciada pela comunicação.

Em seguida, será discutida a perspectiva pós-moderna e como essa modificou a relação entre democracia e comunicação. O passo seguinte será a análise do ciberespaço e dos deslocamentos que ele proporcionou na comunicação social, entre eles o embrião de uma ciberdemocracia.

Após o percurso do quadro conceitual, será apresentada a teoria da Análise do Discurso de origem francesa. Dela serão utilizados os mecanismos teóricos e analíticos para alcançar o objetivo inicial. Antes de tudo, é necessário resgatar quais os sentidos foram atribuídos à democracia ao longo do tempo e como ocorreram esses deslocamentos.

1.1 A Democracia e seus deslocamentos

A democracia é hoje a forma de governo hegemônica nas sociedades ocidentais do mundo. Sua existência, entretanto, remonta à Grécia clássica. Desde essa primeira experiência, o fazer democrático passou por inúmeras modificações, sendo adaptada a diferentes sociedades ao longo do tempo. Faz-se necessário, antes de discutir essas modificações, situar a democracia dentro da teoria política.

A democracia pode ser analisada, em linhas gerais, através de três perspectivas dentro dos estudos da ciência política. São elas: a teoria clássica, a teoria medieval e a teoria moderna (BOBBIO, MATTEUCE, PASQUINO, 1986, p. 319). Cada uma dessas

perspectivas surgiu em um momento histórico para justificar ou se contrapor a um grupo político.

A teoria da democracia clássica considerava como democrático apenas os governos comandados pelos cidadãos, em contraposição à monarquia e à aristocracia. Essa teoria foi fortemente influenciada pelas obras de Platão e Aristóteles, que classificavam as formas de governo entre ‘positivas’ e ‘negativas’.

Platão, por exemplo, apresentou uma classificação de cinco formas de governo na obra *a República*. Foram elas: aristocracia, timocracia, oligarquia, democracia e tirania, das quais apenas a aristocracia é avaliada como benéfica.

Em todas as classificações dessa perspectiva, a democracia sempre foi apresentada como uma forma de governo com vantagens e desvantagens. Por conta disso, para teoria clássica, a democracia tinha falhas que a faziam ser a mais frágil das formas de governo ‘positivas’ e, ao mesmo tempo, a menos prejudicial das formas de governo ‘negativas’.

Segundo Bobbio, Gianfranco e Pasquino (1986, p. 320) para a teoria clássica a democracia era o governo em que ricos e pobres participavam paritariamente. Os cargos públicos eram estipulados por meio de um censo, qualquer cidadão podia assumir um cargo público e a decisão popular situava-se acima do poder da lei.

Essas características não são um consenso. Segundo Arendt (2001), a ideia que se tinha de cidadão na pólis grega difere da maneira que se pensa em cidadania nas sociedades contemporâneas.

Para compreensão dos direitos e deveres de um cidadão na democracia clássica, a autora discute o conceito de *vida ativa*. Essa ideia grega refere-se às três atividades humanas fundamentais: *o labor*, *o trabalho* e *a ação*. *O labor* seriam todas as atividades desenvolvidas pelos humanos que correspondem ao processo biológico, aquelas que são fundamentais à vida. *O trabalho* corresponde à criação e confecção da artificialidade necessária à manutenção da vida humana. Tudo aquilo que os homens criavam para facilitar sua existência sobre o mundo encaixava-se nessas atividades. Por fim, *a ação* era a atividade humana que correspondia à pluralidade. Para Arendt (2001, p. 17), *a ação* é social e se destaca entre as demais atividades pelo fato de todos serem humanos e ao mesmo tempo serem diferentes de qualquer indivíduo que existe ou já existiu.

A expressão *vida ativa*, utilizada pela autora, é tão antiga quanto a tradição política ocidental, tendo surgido nos conflitos entre Sócrates e a Pólis. Entre as atividades humanas nela incluídas, *o labor* e *o trabalho* não eram dignos de constituir um modo de vida, sempre estando ligados às privações humanas.

Com o desaparecimento das antigas cidades-estados gregas, essa expressão perdeu seu sentido, passando a ser utilizada para descrever todo tipo de atividade no mundo.

Essa ideia de *vida ativa* fazia parte do mundo grego e estava enraizada nele. Todas as atividades que estavam englobadas por essa ideia eram condicionadas pela coletividade do homem. Para os gregos, entretanto, a atividade da *ação* era a única que jamais poderia ser pensada fora da sociedade. Era necessário estar em conjunto para realizá-la.

Essas atividades estavam claramente divididas em duas esferas de vida, o que permitia a existência de uma democracia. Enquanto a esfera privada se apresentava no interior do lar, onde as famílias e os escravos *trabalhavam* e *laboravam*, na esfera pública da existência os cidadãos podiam efetuar *ações*, decidindo juntos os rumos da pólis grega.

A vida familiar estava reservada ao lar e era nela que os indivíduos viviam juntos, por conta das necessidades. O lar estava sempre vinculado às carências do homem, era no lar que ele tinha de vencê-las (ARENDDT, 2001, p. 41).

Já a esfera pública era a esfera da liberdade e da igualdade, sendo, portanto regida pela *ação* e pela política. A ligação entre essas esferas era a vitória das necessidades no lar, que possibilitava a vida de liberdades na esfera pública, como uma condição natural para uma vida plena.

O que impedia a pólis grega de invadir os lares de seus cidadãos não era nenhuma lei ou o respeito à propriedade privada, ideia que nasceu apenas no surgimento dos Estados Modernos. O que impedia essa invasão era o fato de que a instituição do lar era pré-requisito necessário para a existência do cidadão.

Para os gregos, sem ter um lar um homem não poderia participar dos negócios da polis, por não ter seu lugar no mundo e nem ter ascendido à esfera privada. Apenas os homens maiores de idade, donos de propriedade e nascidos na pólis podiam ser cidadãos.

Somente quem, através de suas posses, já havia transcendido à esfera privada, em que se realizava o *labor* e o *trabalho*, podia acessar a esfera pública da vida e participar da *ação* política.

Se por um lado esse conceito de cidadania exclui da *ação* mulheres, jovens, estrangeiros e a parte da população que não tinha posses, por outro instituíam que só poderiam participar da democracia grega aqueles que estivessem em igualdade de

condições para que participassem das discussões políticas. São esses cidadãos, pobres e ricos entre si, que governavam a pólis de forma paritária e podiam assumir cargos públicos.

A segunda perspectiva da democracia é a da teoria medieval, de origem romana. Nela, o poder supremo deriva do povo. Segundo Bobbio, Gianfranco e Pasquali (1986, p. 321) ela diz respeito à teoria da soberania popular, elaborada pelos juristas medievais.

Nessa perspectiva, o príncipe teria poder sobre os demais cidadãos por escolha do povo. Essa escolha não ocorria por uma eleição, mas sim por meio dos costumes que mantinham esse monarca no poder. É a teoria da soberania popular, estranha ao pensamento grego de democracia.

Nessa ideia de democracia medieval, os dois poderes fundamentais do Estado são o legislativo e o executivo, embora o primeiro pertencesse exclusivamente ao povo e o segundo seria delegado sob a forma de um mandato provisório.

O fato dessa teoria da democracia ser tão diversa da teoria clássica, que nasceu na pólis grega, é explicada por Arendt (2001). O motivo dessa diferença tem origem em uma interpretação equivocada da obra de Sócrates pelo filósofo São Tomás de Aquino, representante da teoria medieval.

Foi por meio das traduções feitas por Aquino que os juristas medievais se inspiraram para elaborar o pensamento democrático da época, que futuramente seria herdado para toda cultura política ocidental. Essa é a explicação para o fato de ser tão incompreensível para o mundo atual a ideia grega das duas esferas da vida.

São Tomás de Aquino interpretou a afirmação “*homo est naturaliter politicus, id est, socialis*” por “O homem é, por natureza, político, isto é, social”. Essa interpretação substituiu o social pelo político, apesar da palavra social ser de origem romana e não ter qualquer equivalente em grego.

Originalmente *societas* significava algo como “união política”. Segundo o pensamento grego, a capacidade da organização política é oposta à organização social, muito mais ligada à ideia de família. Para Arendt (2001), o erro de interpretação fica mais claro quando Aquino compara o chefe do reino ao chefe da família:

Na verdade em toda antiguidade ficaria claro que o poder do tirano não era tão grande quanto o do *pater familias*, uma vez que o chefe da família reinava sobre seus escravos e familiares sem ser por forma do discurso. O domínio absoluto e incontestado e a esfera política eram mutuamente exclusivas. O primeiro jamais adentrava na outra. (ARENDR, 2001, p. 36)

A existência de uma esfera pública e uma privada mantinha bem delimitada a separação entre a existência da família e as atividades políticas. Com essa interpretação, justifica-se o poder monárquico, atribuindo-o caráter democrático.

Também se atribui à essa falha interpretativa o fato de ser difícil, na atualidade, separar o público do privado. A divisão é complexa, uma vez que vemos o corpo de povos e comunidades políticas como uma grande família cujos negócios devem ser atendidos por uma administração gigantesca.

A esfera social, entretanto, surge historicamente mais à frente, na era moderna, com o surgimento dos Estados Nacionais na Europa e por consequência desse erro de interpretação a respeito do que é público e político. O que entendemos hoje como sociedade é um conjunto de famílias economicamente organizadas, que constituem uma família maior denominada 'nação'.

Para os antigos, termos como 'economia política' não fariam sentido, uma vez que a política (*ação*) pertencia à esfera pública, enquanto a economia pertencia a uma preocupação do lar (*labor e trabalho*), pertencendo à esfera privada da vida. Na sociedade clássica grega, *privado* significava viver em privação, nunca de forma plena. Quem vivia unicamente na esfera privada não poderia ser considerado plenamente humano, jamais participando da ação.

Na contemporaneidade, quando se fala em privado compreende-se uma ideia ligada à intimidade, uma ideia estranha aos habitantes da pólis grega. Isso se deve em parte ao enriquecimento da esfera privada através do moderno individualismo.

Essas transformações da esfera pública também foram marcadas pelo surgimento histórico da instituição da imprensa nesse momento de surgimento dos Estados modernos (HABERMAS, 2003, p. 213).

Surge uma opinião pública influenciada pelos salões de intelectualidade da aristocracia, que defendiam sua consolidação política. Nessa época surgem as incipientes empresas de jornalismo, que passam a influenciar essa opinião pública defendendo os interesses da burguesia, então em busca do direito de participar da gestão política.

É nesse contexto, do surgimento de uma esfera privada nos Estados Modernos, de uma luta pelo poder político, que surge a teoria da democracia moderna. Essa terceira perspectiva classifica a democracia como uma das formas da república opostas à monarquia, situando todos os governos humanos como repúblicas ou principados (BOBBIO, GIANFRANCO, PASQUALI, 1986, p. 322).

Por influenciar a opinião pública, a imprensa que se desenvolve na Europa faz parte dessas transformações. Ela surge como politização do público, mas com o passar do tempo deixa de ser apenas um órgão de transporte de informações, passando a ser um potencializador das notícias.

Essa pequena imprensa era composta por empresas que estavam submetidas à regulação do Estado e das leis, passível de proibições políticas. A imprensa opinativa da época servia para afirmação de opinião de algum grupo específico, sendo esse o principal motivo dos poucos investimentos nesse tipo de negócio.

Com o surgimento de um Estado burguês de direito e de uma esfera pública politicamente ativa, consolida-se a democracia moderna, distante da ideia medieval que se fazia dessa forma de governo. Segundo Habermas (2013, p. 237), a imprensa torna-se, assim, um empreendimento que pode ser rentável e não tem mais a obrigação de enfatizar uma opinião crítica contra as aristocracias.

Foi ao longo dessa transição do poder aristocrático para o burguês que houve revoluções como a francesa e também o surgimento da primeira grande experiência democrática, nos Estados Unidos da América (TOCQUEVILLE apud ARON, 2002). Nessa transição surgiu um amplo espectro de democracias que podiam conviver com o poder monárquico, parlamentarista ou presidencialista.

Segundo Tocqueville (ARON, 2002), existem características fundamentais em qualquer sociedade para que exista a democracia. Esses fundamentos estão presentes em toda sociedade democrática, mas a partir deles existem regimes políticos que se diferenciam por nunca terem exatamente os mesmos traços.

A principal característica da democracia seria então a igualdade de condições dos indivíduos de uma sociedade. Essas igualdades não são de ordem econômica ou intelectual, mas de acesso a serviços e cargos profissionais, de oportunidades equitativas. Dessa forma, o autor propõe que apenas com igualdade a soberania pode pertencer à coletividade social.

Nesse sentido, a democracia norte-americana pôde surgir por uma série de fatores que possibilitaram essa igualdade. Entre eles pode-se citar não haver nações adversárias em seu território contíguo, o país ter constituição liberta das vantagens aristocráticas presentes na Europa e uma moral religiosa que valorizava o trabalho coletivo.

Essa última vantagem permitiu o surgimento do associativismo, ideia central para o surgimento da democracia. Quando o coletivo trabalha em conjunto ele acompanha de

perto a confecção das leis, sente-se incluído no processo de decisão governamental e tem grande interesse por seu funcionamento.

Para Tocqueville (1991), a primeira causa para isso foi a centralização do poder político durante o antigo regime e a imposição de políticas públicas uniformes para todo país, sem respeitar diferenças regionais. A segunda teria sido o esfacelamento da sociedade por meio do impedimento dos indivíduos de discutirem política, impossibilitando a criação de um corpo político.

Conviviam nessa época indivíduos com hábitos e costumes idênticos, porém separados pelos privilégios e regalias, tradições aristocráticas. A desigualdade institucionalizada e a ausência de uma liberdade política da época impediam o surgimento do associativismo, que segundo o autor é necessário para o desenvolvimento democrático. Esse empecilho ao aprofundamento democrático e a insistência das autoridades do antigo regime em manterem estruturas ultrapassadas de poder levaram aos conflitos da revolução.

Segundo o autor, todas as revoluções políticas são frutos de choque entre as estruturas dos antigos e dos novos regimes e impulsionam as nações em direção a estados mais democráticos e livres. Mas essas revoluções grandiosas e positivas acontecem em época de prosperidade, para ele uma revolução motivada pelos famintos, como foi a francesa, não conseguiria consolidar essas mudanças de forma efetiva.

A definição de Tocqueville de democracia como sendo o regime político de uma sociedade com igualdade de condições vai ao encontro com a análise de Arendt (2001) a respeito da democracia clássica exercida na Grécia e com a democracia de cunho liberal que surge a partir da teoria moderna da democracia.

Após o surgimento e consolidação dessa terceira tradição, a ideia de democracia foi desenvolvida ao longo do século XIX através dos dois regimes políticos dominantes que polarizaram o mundo: o liberalismo e o socialismo.

A liberdade na perspectiva liberal difere da liberdade clássica, alcançável apenas na esfera pública. A liberdade dos antigos era a participação direta na formação de leis por uma assembleia de cidadãos, enquanto a liberdade dos modernos é a liberdade individual diante do Estado, uma manifestação concreta das liberdades civis e políticas.

A ideia democrática de uma assembleia de cidadãos retornou, mas agora como um corpo restrito de cidadãos eleitos pelo povo. Por conta disso, inicialmente o Estado liberal escolhe uma democracia parlamentarista, na qual o dever de legislar não pertence

ao povo, mas sim a essa assembleia (BOBBIO, GIANFRANCO, PASQUALI, 1986, p. 323).

Não se pode pensar um Estado liberal que não reconheça o princípio básico da soberania popular e os direitos fundamentais da liberdade. Juntos, são esses que permitem que cada indivíduo atue politicamente. Nesse sentido, a democracia liberal evoluiu em duas direções: no alargamento gradual do direito de votar, até alcançar o sufrágio universal e na multiplicação dos órgãos representativos, tornando a democracia um complemento do regime representativo.

Já nas doutrinas socialistas a democracia se apresenta de forma parecida. A diferença mais evidente é que o socialismo compreende a democratização do Estado a partir da participação nos sindicatos de base, mantendo controle em direção ao alto da estrutura. Esse processo se aprofunda, além do sufrágio universal, por meio de uma democracia direta.

Segundo Bobbio, Gianfranco e Pasquali (1986) é perfeitamente possível falar em liberalismo democrático e socialismo democrático, visto que as duas doutrinas políticas mantêm traços democráticos, como a participação dos cidadãos no sistema político.

Os autores afirmam que o fim da polarização entre países capitalistas e socialistas faz surgir outras perspectivas de democracia. Inclusive aquela que nega a democracia efetiva, defendendo que a democracia não pode existir por conta de elites, que sempre têm controle sobre o poder político.

Para essa perspectiva crítica, os regimes democráticos são todos parecidos, mudando apenas a forma de organização de controle dessa classe política. Essa abordagem contribuiu com um olhar mais realista à teoria da democracia. Em certa medida, essa vertente de pensadores, que defende a existência de uma elite democrática, se conciliou com as demais vertentes.

Talvez por conta disso, os já citados autores definam a democracia como um método ou conjunto de regras de procedimento para construção de um governo e para formação de decisões políticas (BOBBIO, GIANFRANCO, PASQUALI, 1986, p. 326).

É pertinente levar em conta a observação de Bóron (1995) de que acreditar que a democracia é apenas uma engenharia social ou um conjunto de regras, como definem esses autores, é um erro teórico.

Essa abordagem reduz o governo democrático a um conjunto de métodos. Um conjunto de ações que busquem organizar as instituições públicas e representações políticas de uma forma específica não é o bastante para caracterizar uma democracia. A

democracia tem como característica não apenas a igualdade de condições sociais, mas também o fato de funcionar ao redor de uma classe especial de indivíduos: o cidadão, independente de como cada sociedade o concebe (BORÓN, 1995, p. 17).

No mundo contemporâneo, é necessário acrescentar, a democracia pode surgir em um regime presidencial ou parlamentar e também pode ser bipartidária ou multipartidária, dependendo da quantidade de partidos existentes.

Durante grande parte do século XX, o conflito dos sentidos e opiniões dentro da esfera pública tomou outros rumos, mas potencializou-se com a invenção das tecnologias do rádio e da televisão. Os poderes instituídos já não são somente o político e o econômico, uma vez que ambos também se tornaram dependentes dessa imprensa ampliada pela tecnologia.

Se o conjunto da mídia formada pela televisão, rádios e jornais impressos afirmasse que algo é verdadeiro, as pessoas acreditam que é verdadeiro, mesmo que não haja comprovações materiais, além da notícia em si (RAMONET, 2010).

O poder das empresas de imprensa cresceu, em grande parte por conta de seu poderio em influenciar a esfera pública nas diversas sociedades. Com isso, os meios de comunicação foram influenciados por diferentes interesses. Não se pode, portanto, acreditar que toda difusão de informação por esses meios tradicionais propiciem a liberdade e promovam a democracia.

A realidade midiática passou a apresentar um processo de censura que acontece mais por excesso de informação do que por supressão. As informações passaram a ser dissimuladas, truncadas ou simplesmente minimizadas frente à outros assuntos que recebem maior cobertura jornalística.

A transmissão da informação através dessa imprensa, composta pela televisão, rádio e jornais, é considerada do tipo linear e irradiante, na qual a informação parte de um único ponto para todo seu público. Por conta disso, essa mídia é fácil de controlar, uma vez que basta controlar um centro de emissão. (GUILLAME, 2010, p. 151)

Nesse modelo de comunicação a informação se tornou superabundante e controlável por um grupo de grandes empresas. A censura e o uso desses meios de comunicação para fins políticos não desapareceram, apenas desenvolveram uma nova natureza, tornando-se ainda presentes na construção democrática.

Com as discussões até agora apresentadas, compreende-se que a democracia não é apenas uma fórmula institucional de governo e nem tem o mesmo funcionamento que teve na pólis grega. Em cada período histórico, em cada teoria ou conjuntura social a

democracia funcionou de forma diferente, mas sempre tendo uma relação com a forma de comunicação existente. É importante conhecermos esses funcionamentos para compreendermos como a cibercultura pode enriquecer, ou empobrecer, a democracia.

Antes de discutirmos essa relação, é necessário entender o que modificou esse cenário, tornando os processos de comunicação lineares e irradiantes para não lineares e em rede. Mais do que uma mudança na forma de comunicar, trata-se de uma profunda mudança na forma de perceber o mundo.

Trata-se do conjunto de transformações conhecido como pós-modernidade, um grupo de abstrações que resultou em transformações tecnológicas, sociais e políticas. Devido sua influência nos campos do conhecimento humano, entre eles os que estudam a democracia, a comunicação e a linguística, é importante para o presente trabalho analisar a pós-modernidade e a extensão de suas inovações.

1.2 A pós-modernidade e o indivíduo incompleto

Durante séculos, o pensamento científico ocidental foi caracterizado por uma abstração teórica que congrega uma série de ideias, abordagens e atitudes. A essa forma de compreender, pensar e se relacionar com o mundo intitulou-se modernidade. Esse modelo de pensamento é multifacetado, mas podemos generalizar que ele foi criado em oposição ao pensamento medieval.

A teoria da democracia moderna, sobre a qual já falamos, foi apenas uma das faces de uma mudança em todas as áreas de atuação humana. A ideia principal da modernidade foi colocar o homem como a medida para todo universo, em contraposição ao pensamento do divino como aspiração de todas as coisas do medievalismo e do poder tradicional da realeza.

Para se contrapor a isso desenvolveram-se as ciências modernas, calcadas na importância das medidas universais, da validação por experimentos. Se um experimento comprova uma teoria, toda e qualquer realidade deve ser avaliada a partir deste viés. A conjuntura não interfere nessa avaliação. Por isso se afirma que o pensamento moderno tem coordenadas fixas: só reconhece a legitimidade do mundo por um mesmo critério (SOUZA, 2011, p. 469).

O capitalismo e o marxismo são duas grandes narrativas típicas da modernidade. Uma vez partidário de uma delas, o indivíduo deveria avaliar todos os aspectos de sua própria vida a partir dessa narrativa. As relações científica, sociais e institucionais são lineares, hierárquicas e verticais.

A ciência moderna buscou um afastamento das percepções individuais, dos históricos sociais. Essas peculiaridades nada mais eram que uma contaminação que poderia comprometer a eficiência da experimentação. A modernidade foi uma ruptura incomparável, ele destruiu as tradições e inovou radicalmente.

Ela conduziu também as sociedades para uma soberania baseada no indivíduo e no povo, liberando os homens da submissão aos deuses e do domínio da tradição (LIPOVETSKY, 2005, p. 61). Para o fazer político, a representação política não poderia mais ser feita por tradição ou inspiração divina. O voto democrático do Estado-Nação pressupunha uma escolha racional.

Segundo Souza (2011) “são sobre esses pilares que a modernidade e seus sujeitos erguem seus castelos. A Modernidade gerou um estilo narrativo limpo, em terceira pessoa genérica e incorpórea”. Essas grandes narrativas começam a se dissolver a medida que os estudos das áreas da psicanálise, linguística e sociologia começam a compreender o sujeito de uma forma nova.

Essa crise do saber científico não é casual. Ela é efeito do progresso da técnica e do capitalismo. Ela é resultado de uma erosão interna do princípio de legitimação do saber que aparece em diferentes campos. A medida que cada uma dessas novas áreas do saber encontram seu lugar e se consolidam, elas afrouxam o conhecimento moderno enciclopédico, permitindo que se emancipem.

Some o sujeito completo da modernidade, que seguia todas as direções de uma grande narrativa. Em seu lugar surge então o sujeito pós-moderno que é contingente, inacabado. Esses estudos não surgem de forma abrupta. Há uma conjuntura propícia por parte das novas tecnologias de comunicação que estão sendo desenvolvidas e um pensamento político alternativo à polarização do modelo econômico capitalista e socialista.

Nesse contexto as instituições modernas, como os sindicatos, os partidos e os Estados-Nação deixam de serem polos de atração para os sujeitos. Surge um homem pós-moderno que procura novas alternativas (LYOTARD, 1993, p. 27).

Nas sociedades capitalistas essa ruptura também foi cultural. A modernidade capitalista passou a exigir com o passar dos séculos temas cada vez mais inéditos,

rompendo com a continuidade das obras passadas, instituindo obras completamente novas. Para Lipovetsky (2005), a junção dessa obsessão moderna com uma mídia irradiante transformou todo trabalho de vanguarda, assim que produzido, em algo descartável. Surgiu assim o hedonismo na sociedade capitalista.

O capitalismo, enquanto grande narrativa moderna, se desenvolveu sob uma base moral protestante e burguesa. Dessa forma, a ordem técnico-econômica e cultural formava um conjunto coerente. A medida que o hedonismo e o individualismo se expandem nessas sociedades, essa totalidade orgânica foi perdida.

A ideia da psique incompleta, o fim da ideia da coletividade, a compreensão da linguagem como espaço de lutas de poder, as novas tecnologias de comunicação, o hedonismo consumista. Todas essas ideias desembocam num indivíduo angustiado por suas incompletudes. Porém, assim como ele é fragmentado, é capaz de circular, de se individualizar bem mais. Surge o sujeito pós-moderno.

Sem interesse pelas grandes narrativas, esse sujeito passa por processos de identificação dinâmicos, voláteis e circulantes. O que a primeira vista parece ser a perda de todos os vínculos sociais é de fato a passagem da crença nas massas populares para uma massa composta por individualidades (LYOTARD, 1993, p.28). É outra forma de compreender o mundo, em que a crença em uma sociedade coletiva e orgânica se perdeu.

A descrença na política contemporânea, inclusive na democracia, não é o fim da política como conhecemos. É uma formatação que corresponde a esse novo sujeito. Ele se identifica com as comunidades particulares que integra. Estas são reunidas por interesses por questões étnicas, religiosas e regionais e políticas, como o ambientalismo, os direitos humanos e o feminismo (LIPOVETSKY, 2007). A identificação não é mais com princípios gerais, mas sim com referências particulares.

A pós-modernidade é um retorno ao indivíduo em detrimento ao coletivo:

O tempo pós-moderno é a fase *cool* e desencantada do modernismo, a tendência à humanização sob medida da sociedade, o desenvolvimento das estruturas fluidas modeladas em função do indivíduo e do seu desejo, a neutralização dos conflitos de classe, a dissipação do imaginário revolucionário, a apatia crescente, a dessubstanciação narcísica, o reinvestimento *cool* do passado. (LIPOVETSKY, 2005, p. 90)

Essa sociedade é composta por sujeitos individualistas, incompletos e fragmentados. Ela funciona como a sociedade complexa de Morin (2005), em

detrimento ao sistema social cibernético, e como a sociedade em rede de Castells (2003). Através e com o suporte tecnológico dos meios de comunicação digitais, esses indivíduos articulam-se em pequenas comunidades, escolhendo suas próprias narrativas.

Agora, todos os indivíduos estão colocados sobre os “nós” dos circuitos de comunicação, por ínfimos que sejam. Colocando de outra forma, todos estão em posição de retransmitir mensagens de qualquer natureza. Nem os mais desfavorecidos estão privados de ter poder sobre as mensagens que os atravessam. (LYOTARD, 1993, p. 28).

Assim, todos os indivíduos podem se posicionar como remetentes, destinatários ou referentes. Ela funciona por meio de redes de comunicação imateriais. Cada pessoa torna-se um nó dessas redes, tornando-se capaz de receber e de produzir informação por igual. É o fim do indivíduo usuário, que apenas recebe informação.

Nesse contexto pós-moderno e em rede o sistema político ideal é o democrático. Isso porque a democracia permite aos indivíduos pós-modernos poderem realizar escolhas, inibe o autoritarismo e mantém a tolerância às diferenças. (LIPOVETSKY, 2005).

A democracia sofreu transformações com a pós-modernidade. Atualmente, o modelo democrático comporta uma grande variedade de correntes políticas. Se anteriormente as perspectivas surgiam da contraposição a uma anterior, nesse estágio existem diversas delas. Essas perspectivas convivem, concorrem, discordam e se completam em diferentes pontos, tal como todo pensamento pós-moderno.

Dentre estas várias formas de democracia, destaca-se a da democracia liberal. Nessa perspectiva, para que a democracia funcione, é necessário que o Estado mínimo garanta uma série de liberdades que o Estado mínimo deve assegurar aos cidadãos e instituições privadas para que a sociedade possa desenvolver-se economicamente e se autorregular (CUNNINGHAM, 2009, p. 39).

Entre as principais liberdades defendidas pelos democratas liberais estão: liberdade de consciência, pensamento e sentimento, expressão de opiniões, a busca por seus próprios planos de vida e a associação com outros cidadãos para qualquer fim. Essa corrente ainda defende a igualdade de condições dos cidadãos, aproximando-a do modelo defendido por Tocqueville (2002) de democracia.

Outra perspectiva democrática é o pluralismo liberal-democrático. Essa corrente defende uma ênfase do governo em como manter a sociedade estável, apesar dos conflitos intrínsecos a ela. A perspectiva da escolha social, por sua vez, é uma corrente

democrática que enfatiza a promoção da racionalidade na escolha dos representantes dos cidadãos.

A teoria democrática que mais se aproxima do modelo de comunicação pública discutido anteriormente é a teoria participativo-democrática. Essa teoria defende a participação ativa dos cidadãos nas decisões políticas.

Segundo Cunningham (2009), existem ainda o pragmatismo democrático e a democracia deliberativa. A primeira vertente, enfatiza o impacto coletivo que as escolhas individuais acarretam. O segundo, a deliberação das decisões buscando sempre decisões que contemplem a todos os envolvidos.

Independente de qual das correntes democráticas se discute, é necessário considerar que as sociedades passaram a ser fortemente norteadas pelos princípios democráticos. Quando mais os cidadãos se decepcionam, mais eles aderem a esses valores. (LIPOVETSKY, 2007).

Não se trata aqui de defender que as democracias em andamento tenham alcançado seus ideais. As sociedades democráticas ainda estão trabalhando em questões profundas que modificam os problemas sociais de cada conjuntura. É necessário lembrar que essas sociedades convivem com os conflitos gerados por uma sociedade que funciona como rede.

Essas redes têm por fios a linguagem e cada comunicação que geram cria novos significados que dão origens a novas comunicações (SOUZA, 2011). O modelo de sociedade pós-moderno, que funciona em rede e de forma complexa, ainda convive hoje com o modelo moderno, que funciona de forma linear e hierárquica. Essa comunicação fluida e dinâmica da sociedade contrasta com a comunicação hierárquica e linear das instituições modernas consolidadas, entre elas os governos.

O poder da comunicação é grande por conta da sua característica de efetivamente ressignificar a realidade social. O processo da comunicação representa uma forma das pessoas se relacionarem, trocarem experiências, ideias e sentimentos, influenciar umas as outras e, dessa forma, modificar a realidade a sua volta (BODERNAVE, 2004). É através da modificação dos significados que a comunicação transforma crenças, valores e comportamentos.

Surge então um modelo de comunicação de múltiplas vozes, criticando, defendendo interesses e colaborando com a criação de consensos maiores é o modelo de uma comunicação pública que se define como “processo de comunicação instaurada em

uma esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade, um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública” (MATOS, 2007, p. 49).

O processo de transformação do conhecimento pós-moderno gerou uma sociedade que funciona com esse tipo de comunicação. Naturalmente, ele engendrou também as técnicas e tecnologias correspondentes a essa sociedade para efetivar essa forma de comunicação e transmissão de informações. Falaremos a seguir sobre o desenvolvimento e as consequências dessas tecnologias para a democracia.

1.3 O Ciberespaço e a comunicação não linear

A comunicação de um sistema político carrega em si o comando e os contracomandos do sistema. Ela é parte estratégica dele. O conceito de comunicação política escolhido para nortear esse trabalho, portanto, é que ela trata do conjunto de mensagens que circulam dentro de um sistema político (BOBBIO, PASQUINO, 1986, p. 200). Essa comunicação condiciona todas as atividades dentro de um governo, ao mesmo tempo em que o governo utiliza os processos de comunicação para se manter no poder.

Com o surgimento da tecnologia de interconexão mundial das redes telemáticas foi criado o meio de comunicação denominado ciberespaço. Para Lévy (1999, p. 17), o conceito inclui não apenas a infraestrutura tecnológica, mas também o oceano de informação digitalizada que ele coloca à disposição dos usuários.

O ciberespaço tem como principal característica o fato de virtualizar e digitalizar toda espécie de dados, facilitando a transmissão de informações. O virtual é aqui explicitado no sentido de se opor ao atual, no sentido filosófico de potência de ser, e não no senso comum que o define como oposto ao real. As palavras, por exemplo, sempre foram virtuais. Elas significam algo que pode vir a ser. Isso não significa que elas não existam.

As informações são virtualizadas quando não estão presas a um local específico ou tempo específico. Podem atravessar o mundo em segundos para serem lidas apenas muito tempo depois. E isso acontece graças ao suporte tecnológico que as digitaliza: toda informação pode ser traduzida para linguagem dos computadores, que a torna mais leve, de fácil transporte através das redes de comunicação. É a informação digitalizada, que pode ser uma foto, um texto ou um vídeo, que torna a cultura digital tão rápida.

“Dentro do ciberespaço são colocadas em prática técnicas, atitudes, modos de pensamento e valores que se desenvolveram conjuntamente com o próprio meio de comunicação” (LÉVY, 1999, p. 17). Em outras palavras, na medida em que mais pessoas passam a acessar o ciberespaço e utilizar suas ferramentas no dia a dia, surgem novas práticas, ideias e costumes, inclusive no que se refere à política. Essas práticas fazem parte da cibercultura.

O ciberespaço e a cultura que o permeia estão crescendo e se inserindo em todo tipo de atividade social. Na medida em que esse processo avança, os movimentos sociais e políticos passaram a se apropriar dessa cultura para seus próprios interesses. A possibilidade de comunicar de forma multiplural e multidirecional dessas tecnologias tornam possíveis interlocuções políticas de uma forma nunca vista anteriormente.

O caminho foi encurtado. A Internet possibilita que os cidadãos entrem em contato direto com seus representantes políticos, expressando dúvidas, críticas e elogios de uma forma simples e rápida, mesmo que estejam à distância. Infelizmente, a maioria dos governos ainda utiliza a Internet apenas como um quadro de avisos eletrônico para divulgar informações que lhes interessam, sem buscar essa interação (CASTELLS, 2003, p. 128).

Esse uso ainda tímido da rede para fins políticos demonstra a importância da reflexão crítica da cibercultura. Os primeiros pesquisadores do ciberespaço acreditavam que os hábitos e as instituições iriam mudar na velocidade da luz. Se por um lado a primeira afirmação vingou, pois a cibercultura continua a se expandir, a segunda não se tornou realidade. As instituições modernas adotaram as ferramentas das novas mídias, mas buscam manter as mesmas práticas das mídias tradicionais e irradiantes.

As novas mídias têm por característica serem comutativas, permitirem uma comunicação à distância e difundirem a informação por meio de uma rede. Nessas mídias cada nó pode replicar, reter e propagar todas as informações que chegarem até ele. Elas seguem o modelo da sociedade que funciona em rede. Foram criadas junto com a compreensão dessa sociedade.

O modelo em rede foi utilizado por Castells (1999) para explicar a nova forma que funciona a sociedade modificada pela tecnologia da informação. Nessa sociedade cada indivíduo e cada informação seria um nó, que se ligaria aos demais não de forma linear, mas de forma reticular.

Como não há um núcleo central, essa sociedade tem processos de comunicação mais resistentes ao controle da informação do que as sociedades que viviam apenas com

as mídias tradicionais. Pode-se dizer que essas redes sociais são redes compostas de comunicação. Elas se autorregeneram e desenvolvem-se espontaneamente, gerando mais informação imaterial (SOUZA, 2011, p.7). Dessa forma burlam hierarquias, possibilitando mais liberdade.

Essa estrutura não-heirarquizada da rede é uma herança da origem histórica dessas tecnologias de comunicação. O embrião da Internet que utilizamos hoje foi a Arpanet, um projeto militar que objetivava melhorar a comunicação do exército americano em campo. Para desenvolver o projeto, foram contratados grandes institutos de tecnologia norte-americanos. Cada um desses institutos passou a desenvolver suas próprias redes, levando a tecnologia para o âmbito universitário.

A tecnologia que mais tarde manteria a Internet passou a envolver um público especializado das universidades norte-americanas e europeias. Durante esse processo histórico, os usuários desenvolveram uma cultura *hacker*. Essa cultura libertária defendia a divulgação do conhecimento técnico para que todos pudessem acessar a rede e utilizar seu potencial para contestar as estruturas sociais vigentes (LEMOS, 2004). Esse contexto cultural foi beneficiado pela natureza da Constituição norte-americana. Criada numa época em que os controles dos meios de comunicação eram comuns nos países europeus, a Carta Magna norte-americana manteve em sua primeira emenda a liberdade de imprensa e de opinião.

A democracia norte-americana possibilitou essa característica jurídica na época em que os Estados-Nação europeus ainda tentavam livrar-se do poder aristocrático e monárquico, como analisou Tocqueville (2002). Essa herança democrática permitiu que as redes de comunicação fossem constituídas de forma que garantissem a liberdade de expressão (DIZARD, 2000, p.121).

Apesar dessa valorização da liberdade de informação, o surgimento dessas tecnologias não modificou automaticamente as estruturas de poder. E não o fez porque elas apenas são uma mutação de tecnologias já existentes na sociedade (SODRÉ, 2002).

Trata-se de uma tecnologia hibridizada de mídias que já existiam anteriormente, como bem lembra Lévy (1999, p.21) ao criticar o uso do termo “impacto” das novas tecnologias. A ideia de impacto é que essas tecnologias eram externas à sociedade, quando na verdade surgiram dela e de sua transformação pós-moderna.

A Internet surge a partir da complementaridade, de sedimentação tecnológica. Ela é uma nova camada técnica que não fez desaparecer imediatamente as ferramentas anteriores (GUILLAME, 2010, p.143). Esse processo de sedimentação, entretanto, é

gradual. Mesmo após se libertar do âmbito militar e acadêmico de onde foi criada, a rede de computadores passou vários anos sendo utilizada apenas por um grupo específico de pessoas.

Apenas quem tinha conhecimentos técnicos da área de computação conseguia compreender os algoritmos que compõem a rede. Isso mudou quando surgiu a *World Wide Web*, que é na verdade a camada de interação sensível entre o homem e o ciberespaço. É essa camada que permite que leigos em programação de computadores possam executar várias atividades sem utilizar algoritmos.

Somente na década de 90 essas redes viriam a ser comercializadas ao público. O fato dessas tecnologias terem se popularizado apenas com a comercialização foi uma grande frustração para a cultura de liberdade hacker, que pregava que a rede deveria ser construída e expandida pelos próprios indivíduos.

A compreensão que as pessoas fazem do ciberespaço hoje está relacionada com a ideia que o senso comum fez dele e de seus suportes tecnológicos. O próprio computador foi projetado em 1839, mas apenas na década de 40 os primeiros foram construídos. Da mesma forma, durante muito tempo o ciberespaço era apenas uma abstração lógica e matemática conhecida apenas por especialistas. Graças à interface da *www* ele é compreendido por todos.

Apesar disso, existe uma descontinuidade entre as representações da informação digital e aquilo por trás da simulação (KIM, 2004, p. 216). O modelo de simulação é sempre ambíguo: ele cria um mundo que nos permite acessar as informações ao mesmo tempo em que oculta a estrutura material e essencial do ciberespaço, composta de algoritmos digitalizados.

Importante reiterar aqui a discussão já feita sobre a ideia de virtual em relação ao real. O termo virtual designa apenas ausência de corpo físico, e não é um oposto de realidade. O que expressamos na Internet tem consequências sociais, políticas e jurídicas.

Quanto mais amigável se torna a interface da Internet mais seus usuários se tornam cibernéticos. Isso porque à medida que a imersão no ciberespaço torna-se mais natural e cotidiana, mais o usuário torna-se dependente desse meio de comunicação. Essa ideia é uma das heranças que a ciência da cibernética, criada por Norbert Wiener, legou à cibercultura.

Por conta disso, o ciberespaço pode ser valioso para as questões políticas. Ele é um meio de comunicação que potencializa a relação entre comunicação e política e abre

mais espaço para a ressignificação do político. A produção livre e colaborativa na web permite que o usuário leigo possa ter acesso a múltiplas opiniões e informações possibilitando-os uma análise crítica anteriormente impensável (LEMOS, LÉVY, 2010, p.63).

Exatamente por isso o modelo de comunicação em rede guarda em si um grande potencial para enriquecer as práticas democráticas, por conta da flexibilidade da rede para propagar informações e potencializar comunicações. É o desafio de que seja efetuada uma ciberdemocracia.

O termo “ciberdemocracia” faz referência à possibilidade desse ciberespaço ser palco de ações, práticas e hábitos que promovam a democracia. Trata-se de potencializar a participação de todos nas políticas públicas do local onde vivem. O conceito foi criado por Lévy (2002) para designar a relação benéfica mútua estabelecida entre a democracia e o ciberespaço.

Entre os trabalhos colaborativos que apontam para essa ciberdemocracia, destaca-se o site *Wikileaks*. O nome é a junção das palavras inglesas “*wiki*”, que se refere a sites colaborativos, com o verbo “*leak*”, que significa vazamento.

Na prática, a *Wikileaks* é uma organização de comunicação não lucrativa que se comprometeu em trazer ao público informação importante que é considerada secreta pelos governos e empresas (PACHECO, 2011, p.31). Criada em 2006, apenas em 2010 ganhou notoriedade na mídia tradicional ao tornar públicas informações de telegramas pertencentes ao Ministério das Relações Exteriores dos EUA.

Grande parte da sociedade não conhecia o trabalho do *Wikileaks* antes por ainda estar preso à percepção de mundo das mídias tradicionais. Isso acontece por conta de um dos grandes limites às práticas da ciberdemocracia: a problemática da inclusão digital. Como podemos democratizar as informações a partir da Internet se nem todos os cidadãos tem acesso a ela?

Existe, até os dias atuais, uma correlação direta entre desenvolvimento econômico e a exclusão digital. Rifkin (2001, p.179) considera o acesso às tecnologias da comunicação como sendo tão importante hoje como foi o acesso à propriedade nos séculos passados. Como já discutido anteriormente, a propriedade era um dos pré-requisitos para que um homem pudesse ser considerado um cidadão na pólis grega.

Atendendo esse pré-requisito, o cidadão poderia vencer a privação do lar, da esfera privada, e ascender a uma esfera pública de iguais (ARENDRT, 2001). O acesso às tecnologias de comunicação coloca-se como um dos pré-requisitos equivalentes. As

questões do acesso discutem “quem” tem acesso e controla as experiências vividas, delimitando quem pode exercer uma cidadania plena na sociedade em rede.

A maior parte da população dos países em desenvolvimento não tem acesso à produção cultural, à informação em rede e à comunicação multidirecional proporcionadas pelo ciberespaço. Se o desenvolvimento econômico e político desse novo século passar pelo domínio das tecnologias da informação e da comunicação, os excluídos desse processo passarão a ser excluídos da vida econômica e política da sociedade (CRUZ, 2004, p.09).

Buscando garantir a inclusão das populações, foram promovidos em todo mundo programas governamentais ou privados motivados pela iniciativa de incluir as pessoas digitalmente. Segundo Warschauer (2006), o problema dessas iniciativas é que grande parte delas tem uma compreensão restrita do conceito de inclusão e, portanto, de exclusão digital. A utilização inicial do sintagma “inclusão digital” atribuiu demasiada importância aos aspectos de disponibilidade física e não ao conteúdo, língua, educação ou recursos comunitários, que, necessariamente são constitutivos do conceito.

Mesmo que se pense no sentido mais amplo dessa exclusão, ainda é necessário compreender que a falta de acesso à Internet reduz as oportunidades de melhoria de vida, mas que inverso também é verdadeiro. Por conta disso, Warschauer (2006, p. 24) contrapõem ao fenômeno da exclusão digital à inclusão social, que reconhece o conjunto de variáveis que moldam a interação social.

As formas mais comuns de permitir o acesso das pessoas às tecnologias digitais são os modelos baseados em equipamentos e conectividade. No primeiro, as iniciativas preocupam-se apenas em disponibilizar os equipamentos de informática. No segundo, surge a preocupação de fornecer uma conexão regular às pessoas.

O crescimento do acesso da população a esses fatores evidencia que não é somente a disponibilidade de equipamentos e conexão que inclui o indivíduo digital ou socialmente. Essa inclusão só ocorre por meio da capacidade do usuário de fazer uso desses componentes em práticas sociais significativas. Essa prática inclusiva é bem próxima do modelo educacional de letramento (WARSCHAUER, 2006, p. 64).

O letramento é a prática de ler e escrever levando em conta os fatores sociais, culturais e econômicos nos quais os alunos estão inseridos. O letramento digital, por sua vez, é o aprendizado da utilização das tecnologias de comunicação passando necessariamente pelo uso social do aparato digital.

Uma inclusão digital que se proponha a realizar essa prática leva em conta os recursos físicos (equipamentos, ferramentas), digitais (conteúdo, língua do conteúdo), humanos (letramento, educação) e sociais (organização comunitária, instituições) para apropriação da Internet e demais tecnologias de informação e comunicação.

Logo, uma iniciativa contrária à exclusão digital implica em apropriação da tecnologia de forma consciente que, de fato, promova a inclusão social. O usuário deve decidir sozinho quando, como e para quê utilizará a tecnologia. Se esse processo ocorre sem estar relacionado ao desenvolvimento pessoal e comunitário, deixa-se de abarcar uma dimensão histórica, política, ética e cidadã. (CRUZ, 2004, p. 10).

O grande problema das iniciativas de inclusão sociodigital realizadas pelo governo ou por organizações não-governamentais é a falta de compreensão dessa dinâmica. As ações levam em conta apenas os recursos físicos ou digitais. O ponto de partida não deve ser apenas a superação da exclusão digital, compreendida somente como infraestrutura, mas a maneira como os meios digitais podem auxiliar e fortalecer as estruturas sociais já existentes.

Com a dificuldade da inclusão superada as práticas da ciberdemocracia serão potencializadas, uma vez que abrangerão toda sociedade. Mas o caminho para tanto é longo e gradual. O futuro da cultura digital no mundo não depende apenas da superação da exclusão social, mas também de uma série de processos econômicos, políticos e jurídicos.

A rede encerra em si um potencial incrível para expressão política dos cidadãos. Entretanto, é ingênuo pensar que ela pode substituir a mudança social ou as reformas políticas. Nesse sentido, surgiram muitos autores críticos da perspectiva emancipadora dessas redes de comunicação. Vejamos o pensamento de alguns deles.

Para Sodré (2002) é preciso abandonar essa ideia de que essas tecnologias e práticas são originais ou libertadoras. Ele considera que se deve apenas levar em conta que elas aceleram e fluem através de mais conexões, que as das mídias tradicionais. Para ele o ciberespaço não altera nem inova nada. Existe tão só uma hibridização dos meios, com reciclagem de conteúdos e alguns novos efeitos sociais.

A discussão que o autor levanta é genuína, mas aparentemente ignora que a medida que essas tecnologias e práticas nivelam a manipulação discursiva efetuada nas mídias tradicionais, ela contribui para a democracia (CASTELLS, 2003, p.135). Não há aqui nenhuma ressalva a questão da hibridização ou agregação tecnológica, mas não se pode perder de vista o papel do ciberespaço como alternativa à mídia massiva.

Outro crítico da hipótese do uso do ciberespaço para o enriquecimento da sociedade é Keen (2009). Ele defende que a única democratização que está acontecendo na cibercultura é a da abolição do especialista em detrimento ao amador. Segundo ele, “em vez de mais comunidade, conhecimento ou cultura, tudo o que a Web 2.0 fornece é mais conteúdo duvidoso proveniente de fontes anônimas, sequestrando nosso tempo e explorando nossa credulidade” (KEEN, 2009, p. 21).

Boa parte desse posicionamento do autor aparenta ser muito mais uma reação à sociedade em rede do que uma análise crítica. Em uma sociedade em que as redes sociais e tecnológicas expandem seus nós e suas formas de estruturar relações e conhecimento, instituições modernas lutam para manter suas estruturas lineares e hierarquizadas.

Essas estruturas mais poderosas são exatamente as que centralizavam os processos de cultura, como a indústria fonográfica, cinematográfica e a escola. Ele defende esses intermediários culturais, afirma que estão sendo substituídos por uma produção coletiva empobrecida. Aparentemente, em vez de discutir esse novo funcionamento social, ele se prende a discutir as instituições que estão nele.

É como SOUZA (2011) contextualizou a questão da escola nessa sociedade. Para esse autor, é perda de tempo ficar discutindo a ordenação das pérolas do colar (Facebook, Twitter, gravadoras, emissoras de televisão), quando o desafio verdadeiro é entender como o seu fio invisível une essas pérolas, no caso, a sociedade em rede.

Keen (2009), entretanto, tece uma valiosa crítica para uma percepção mais realista do ciberespaço. Ele critica a vigilância digital exercida por empresas e governos, uma vez que toda operação realizada por um indivíduo na Internet é registrada pelos servidores. O autor exemplifica seu ponto de vista com o vazamento de informações pessoais por parte do servidor AOL, que expôs informações pessoais de milhares de pessoas.

Essa questão é melhor desenvolvida por Morozov (2011) quando analisa por que algumas mobilizações sociais alavancadas pela Internet são amplamente divulgadas na mídia tradicional enquanto outras são minimizadas. A resposta que o autor propõe a essa questão é que há uma agenda norte-americana e europeia de promover a ideia da democracia a partir da *web*.

Como grande parte da tecnologia que mantém a conexão da Internet funcionando no mundo, e também grande parte da produção de conteúdo dentro dela pertence a grandes multinacionais, há um interesse político e de mercado nessa divulgação. A

disseminação da ideia de que essas tecnologias propiciam um ampliação da liberdade mesmo em países cujos governos são ditatoriais é perigosa.

Perigoso porque uma vez que movimentos políticos perseguidos por seus próprios governos podem muito bem ser rastreados através de cooperação entre esses governos e as empresas que forneçam a conexão ou mesmo as plataformas de rede social, como o Facebook e o Twitter. Essas empresas são intermediários dos quais nenhum movimento político pode depender.

Muitos desses governos autoritários vêm a Internet como um perigo à sua manutenção no poder. Países como o Irã e a China controlam o acesso à Internet e já conseguiram rastrear militantes políticos ditos subversivos através da cooperação de empresas que operam no ciberespaço. Qualquer troca de mensagem, e-mail ou uma simples busca de informações pode ser mapeada e utilizada contra os dissidentes.

O autor chama atenção de perigos à democracia que foram reacendidos pela cibercultura. “A má notícia é que, sob a pressão de forças culturais, nacionalistas e religiosas reacendidas pela Internet, a política global está prestes a se tornar ainda mais complexa, disputada e fragmentada” (MOROZOV, 2011, p.247)²

Isso porque instituições lineares e hierárquicas continuam a existir na sociedade em rede e com o tempo acabam por aprender como as redes de comunicação funcionam e utilizam-nas para seus próprios fins. Nada impede que forças antidemocráticas como nacionalistas extremistas e elites sociais de países autoritários passem a usar as novas mídias para propagar suas próprias ideias, tornando a democracia mais distante.

O tempo da democracia é lento por conta de respeitar a velocidade do coletivo. É necessário confrontar valores e debater as ideias. Com o auxílio das redes de comunicação esse processo pode se tornar mais dinâmico e abrangente, mas não necessariamente automático. E, mesmo assim, o processo não pode se limitar ao espaço virtual, mas sim desdobrar-se em práticas sociais significativas.

Por conta dessas e outras questões colocadas, faz-se importante avaliar de qual forma os governos compreendem a ciberdemocracia e as consequências que isso gera para as políticas públicas que essas gestões programam. Um caminho possível para tal tarefa é analisar qual o sentido que essas instituições governamentais atribuem à contribuição da cibercultura à democracia.

² “The bad news is that, under the pressure of religious, nationalist, and cultural forces reignited by the Internet, global politics is poised to become even more complex, contentious, and fragmented”, nossa tradução.

Para se chegar a tais filiações é necessário antes compreender os discursos que se encarregam de materializá-las nesses textos. É preciso entender os mecanismos que formam esses discursos e os colocam em circulação. Por conta dessas necessidades, no próximo capítulo vamos discutir o quadro geral da Análise do Discurso, uma teoria que surge a partir das considerações pós-modernas da psicanálise, da ideologia e da linguagem.

2 Ideologia e linguagem

A teoria escolhida nesse trabalho para analisar quais significações o governo brasileiro atribui às contribuições da cibercultura para a democracia é a Análise do Discurso ou A.D. Tal escolha se dá exatamente pelo fato dessa teoria estudar a relação da linguagem com as questões sociais, a partir dos conflitos ideológicos.

Esses conflitos estão marcados discursivamente nos textos produzidos pela expressão do indivíduo, e obedecem a processos psicanalíticos que marcam o discurso e o assujeitamento no qual o autor se encontra no texto (SOUZA, 2006).

Tal teoria busca tornar possível, a partir de seus pressupostos, um acesso às filiações ideológicas em que os sujeitos estão inscritos. Os sujeitos agem de acordo com os dispositivos ideológicos que lhe constituem, não se dando conta de como são constituídos por esses pressupostos. O analista, por sua vez, se propõe a um afastamento da linguagem para analisar o discurso da alteridade, agindo por meio do dispositivo teórico.

Entretanto, essa análise não nega os dispositivos ideológicos que constituem o próprio analista. Ela os aceita e busca fortalecer a avaliação do pesquisador por meio do dispositivo teórico existente. Para compreendermos essa teoria faz-se necessário empreender um esforço para compreender a questão da ideologia e a questão do poder dentro das sociedades.

2.1 A relação entre ideologia e o poder

Um termo de grande importância para a AD é ideologia. O conceito de ideologia surgiu na teoria marxista como sendo o conjunto de ideias que a classe dominante propaga para manter controle sobre a classe dominada (MARX, 1998). Estruturalista³

³ “O estruturalismo é uma construção teórica iniciada pelo etnólogo Claude Lévi-Strauss. A perspectiva estruturalista propõe o abandono do exame particular dos objetos a que se consagra. Estuda as estruturas

por natureza, a teoria marxista infere que os membros das classes dominadas estão sempre condicionados a ver o mundo de forma distorcida e não-crítica.

A consequência disso seria a impossibilidade de perceberem o controle que sofrem da classe capitalista. É por essa razão que se diz que em Marx a ideologia é a distorção da realidade social intencionada pela classe dominante, que a utiliza como mecanismo de controle e dominação. É uma falsa consciência do mundo, moldada sob o viés dos interesses econômicos.

Esse conceito marxista é resgatado por Althusser (1996). O autor complementou a teoria marxista com a ideia que o Estado é o mantenedor dessa ordem social repressora. Para tanto ele usaria um Aparelho Repressivo do Estado, composto pelos tribunais, da polícia e presídios, e uma série de Aparelhos Ideológicos do Estado, como a religião, a escola e o sistema de informação (SOUZA, 2006, p. 51).

O autor também teorizou em seus trabalhos a noção de que apenas a teoria e a crítica científica conseguem isolar a estrutura ideológica e analisá-la. Dessa forma, a ideologia só poderia ser apreendida pelos críticos e cientistas, que se situariam fora dela.

Essa visão da ideologia funcionando numa estrutura social estática, que só pode ser modificada a partir de uma revolução, foi criticada pela teoria de Foucault (2007, 2009). Segundo esse autor, as relações de poder na sociedade não se restringem apenas à relação entre classe dominante, Estado e classe dominada.

As relações de poder constituem uma série de mecanismos invisíveis que tornam os sujeitos assujeitados a múltiplos cerceamentos. Esses cerceamentos tomam a forma que a sociedade impõe por meio de modelos de relação, como nas relações de professor e aluno ou pai e filho, por exemplo. Essa ideia é constituinte dentro da teoria da A.D.

Foucault critica a ideologia marxista fundamentalmente na compreensão do poder como algo difundido socialmente. O autor concorda que a ideologia não é percebida por aqueles que estão imersos nesse conjunto de ideias, que obedecem a uma série de comportamentos sociais pré-determinados. Para ele, em todas as relações a ideologia determina o que pode ser feito e falado e o que não pode.

subjacentes formadas pelos elementos que os caracterizam enquanto traços inerentes ao espírito humano. Seu propósito é a constituição de modelos arquetípicos de todas as organizações e de todas as formas de organizar.” (THIRY-CHERQUES, 2004) No caso do marxismo, analisa a sociedade pela relação de classes, as estruturas em questão.

Por isso Foucault defende a existência de uma microfísica do poder, uma vez que esses conflitos estão pulverizados e inseridos na sociedade, mesmo em estruturas de igualdade.

O autor não vê a economia como sendo determinante no que é dito ou pensado em uma época. Para ele, o que existe é uma “interrelação complexa entre as estruturas sociais, estruturas econômicas e o discurso, sendo que nenhum desses elementos da relação é dominante” (SOUZA, 2006, p. 62).

A linguagem é pensada por Foucault como o lugar onde as lutas de poder acontecem, o poder do qual os indivíduos querem se apropriar. Ao falar de discurso, o autor enfatiza que uma análise dessas estruturas discursivas não deve ser realizada para revelar verdades, mas sim para evidenciar os mecanismos que tornam sua circulação possível em determinada época.

Cada período histórico tem uma episteme, um sistema de discursos a partir do qual cada cultura em determinada época pensa. O sujeito que vive imerso em determinada estrutura não reconhece que seus pensamentos são direcionados por ela. Por exemplo, os filmes hollywoodianos antigos caracterizavam protagonistas como fumantes, produzindo o sentido de saúde.

A episteme atual não cria mais esse sentido. Essa crença e os sentidos relativos a ela fazem parte de uma episteme e de seu contexto histórico-social. No caso do filme, a questão do tabaco era configurada de outra forma.

Com as descobertas da medicina contemporânea, as pessoas considerariam isso uma apologia a um hábito prejudicial à saúde. Tanto as pessoas das primeiras décadas do cinema, como as de hoje, não se dão conta que essas ideias fazem parte de uma episteme. Por estarem imersos, eles consideram suas crenças e comportamentos normais e aceitáveis. Estão imersos em uma construção ideológica e interpretam o mundo a partir dela.

Logo, em toda sociedade a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída através de procedimentos. Esses têm por função adquirir para si poderes e dominar acontecimentos aleatórios (FOUCAULT, 2004, p. 8).

São as regras desses enunciados e os limites que eles obedecem que interessavam a Foucault. O teórico estudou o ordenamento dos enunciados e o porquê de alguns deles serem excluídos. Nesse sentido, criou a noção de arquivo, que é o conjunto de mecanismos que limita o que pode ser dito ou lembrado (SOUZA, 2006).

Outro conceito é o dos procedimentos de exclusão. Entre eles estão a interdição, a separação e o saber consolidado. A interdição impede que determinado tema seja discutido por causar desconforto. A separação, ou rejeição, funciona determinando, em um grupo de pessoas, quem tem e quem não tem credibilidade para ser ouvido, como por exemplo escravos ou subcidadãos.

O último procedimento de exclusão é um quadro a respeito do saber consolidado como verdadeiro e do saber considerado falso. Esses saberes se deslocam ao longo da história, sendo substituídos. Um exemplo é a previsão da sorte por conta das estrelas. Na antiguidade, era considerado um saber verdadeiro, diferentemente dos tempos atuais.

Esses procedimentos implicam que os discursos não manifestam simples desejos dos indivíduos, muitas vezes eles mesmos são objetos de desejos. Entre outras palavras, não são simples traduções de conflitos, são algumas vezes as causas dos conflitos. Por isso surgiram formas de excluir determinados discursos ou denegrir a capacidade de grupos sociais terem acessos a esses discursos. Neles reside o poder.

Importante frisar aqui a definição de poder. Segundo Foucault “o poder não se dá, não se troca, nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação. O poder não é manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo é uma relação de força” (FOUCAULT, 1979, p. 175).

Além dos mecanismos de exclusão, Foucault também teorizou os mecanismos que mantêm os discursos vivos: o comentário, a disciplina e a rarefação. O comentário mantém o discurso em circulação e apaga a importância de outros discursos. Ele sempre repete o que já foi dito anteriormente, como se nunca tivesse sido.

A disciplina é de origem acadêmica. Ela torna determinado discurso legítimo dentro de uma área do conhecimento. Em linhas gerais ela “se define por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpus de preposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos”, (FOUCAULT, 2009, p. 30).

Por fim, a rarefação é a que limita a capacidade de produção de linguagem dentro dos parâmetros sociais, apesar dessa capacidade ser infinita. Ela é uma forma de coação discursiva interna que torna a produção de linguagem repetitiva por sempre estar localizada dentro dos parâmetros socialmente impostos. Os seres humanos podem falar tudo, desde que apenas nos sentidos que seus pares aceitam.

Por isso uma instituição social sempre difere de uma discussão no que pode alterar os enunciados que são suportes para o seu funcionamento. Elas selecionam

certos tipos de enunciados que caracterizam seus próprios discursos e assim impõem aos indivíduos o que deve ser dito e a maneira de dizer.

Não por acaso, esses dois conjuntos de procedimentos, os de inclusão e de exclusão, deslocam o que é conhecimento “verdadeiro” do que não é. Ora, sendo assim, mesmo o conhecimento científico moderno legitimado é composto de discursos que funcionam partir desses procedimentos.

Por conta disso, Foucault criticou a teoria althusseriana por ela propor a noção de que apenas os cientistas são imunes aos controles da ideologia. Para Althusser a ciência, com seus mecanismos metodológicos de experimentação, consegue determinar o que é verdade e o que não é, isentando os cientistas de serem influenciados por qualquer questão ideológica.

Para a teoria foucaultiana, os cientistas são tão influenciados por esses conjuntos de ideias, como qualquer outro sujeito social. Qualquer indivíduo que viva em comunidade está sujeito às questões discursivas, institucionais e sociais. A ciência moderna seria então nada mais que um jogo de linguagem.

Tanto nos domínios especializados da ciência, como nos saberes desqualificados e relegados à categoria de ‘crendices’ das pessoas, encontra-se a memória dos combates. A ciência, a verdade de saber, é composta de um conjunto de poderes centralizadores que formaram instituições para consolidar-se.

Por isso, todo conhecimento novo sofre críticas dos já estabelecidos cientificamente. O coroamento de um conjunto de conhecimentos como ciência é uma disputa de poder. Não apenas o único, mas o que foi coroado pelo modernismo para se opor ao poder medieval.

Quando uma ciência não encontra legitimidade ela não se torna verdadeira. Torna-se um relato ‘vulgar’. A crise da modernidade, de seus saberes científicos e de sua ciência moderna procedeu por conta de uma erosão interna da legitimação desses saberes. Esta erosão aconteceu no campo da linguagem, pois opera em um jogo especulativo. A medida que novos conhecimentos e teorias passaram a questionar a objetividade e o efeito de verdade das ciências como eram conhecidas, esses saberes antes ‘verdadeiros’ passaram a ser questionados (LYOTARD, 1993, p. 71).

A política, e suas perspectivas e modelos, também é uma disputa de poder. Como já foi discutida no primeiro capítulo, a democracia foi uma escolha dos Estados-Nação para que determinados grupos se desvencilhassem dos poderes políticos da monarquia. As lutas de poder não se dão apenas nos campos de batalha das guerras, mas nas rotinas

institucionais, nas desigualdades econômicas, na linguagem e até mesmo no corpo dos indivíduos, através do poder disciplinar.

A dominação que existe nessa sociedade pulverizada de poderes exerce uma dominação que não é global. Não se trata de um soberano acima de todos, como nas monarquias, ou de uma classe dominando outra, como na teoria marxista, mas das múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade.

Essas relações de poder se manifestam nessas sociedades pós-modernas de forma circular, em cadeia. O poder não está nas mãos de ninguém, apesar de estar sendo exercido a todo instante por alguém. Ele sempre funcionou e se manifestou através da linguagem e em forma de rede.

No entanto, os conceitos apresentados até aqui trabalharam a relação da linguagem com as questões sociais apenas do ponto de vista teórico. Faltava uma articulação desses conhecimentos com uma metodologia própria.

Essa teoria com formalização metodológica é a A.D., que surge a partir dos conhecimentos já descritos. De forma geral, ela busca correlacionar as questões do discurso com as do sujeito e da ideologia (PÊCHEUX, 1998).

2.2 A teoria da Análise do Discurso

Michel Pêcheux foi o pensador responsável por formular a teoria da análise de discurso e aproximar os estudos da linguagem e da ideologia com os da psicanálise. Foi ele quem procurou deslocar as ciências sociais, apoiando-se na releitura que Foucault fez de Marx e que Lacan fez de Freud. Para Pêcheux, a partir do momento em que a língua foi vista como um sistema, a ciência pode compreender o seu funcionamento.

A palavra discurso, etimologicamente, tem origem na ideia de curso, de percurso, de correr, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem (ORLANDI, 2007, p. 15). As palavras não tem nessa perspectiva um sentido estático. Elas são ressignificadas a partir da conjuntura em que são expressas. Foi a partir dos procedimentos pensados por Foucault que Pêcheux conseguiu sistematizar esse percurso e seus respectivos filtros.

A proposta é que o poder e a linguagem funcionam em conjunto. Essa nova abordagem questiona a historicidade que a linguística apaga, e interroga as teorias sociais sobre a suposta transparência da linguagem em que elas se assentam.

Foi no início da teorização da AD que surgiu a compreensão de que é o sistema da língua que determina o sujeito dos discursos e não os sujeitos que determinam os seus próprios discursos. As palavras cotidianas já chegam até os indivíduos carregadas de sentidos que eles não sabem como se constituíram e que, ainda assim, significam muito entre eles.

O sujeito aqui é um indivíduo assujeitado. O sistema não determina o discurso que ele enuncia, mas restringe suas possíveis escolhas por meio da ideologia de sua época. Assujeitado por conta dele não ser obrigado a adotar um discurso, mas por escolher entre as possibilidades que seu inconsciente e suas formações ideológicas permitem.

O vínculo social desse sujeito é feito de linguagem, mas não é composto de uma única fibra. É uma rede na qual se cruzam vários tipos de fibras de linguagem, cada uma obedecendo a regras diferentes. O fato dos grandes relatos terem sido esquecidos, não significa que esse sujeito voltou à barbárie. Eles continuam sob a égide do poder social, dessa vez não vistos como apenas um, mas como vários, de várias origens (LYOTARD, 1993, p. 74).

Nessa perspectiva inovadora, a língua não é um código e não há mais a separação entre emissores e receptores. Os indivíduos atuam de forma que todos emitem, decodificam e codificam as informações realizando ao mesmo tempo os processos de significações.

Nesse funcionamento, a língua e a história constituem através de um complexo processo os sujeitos e a produção de sentidos. Não se trata de uma mera transmissão de informações e mensagens. Ao invés de mensagens, a A.D. propõe pensar em discursos.

A linguagem aqui, serve para comunicar, mas também para não comunicar. “As relações da linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2007, p. 21).

O sujeito da AD não é apenas afetado pela ideologia e pela linguagem, mas também pelo inconsciente, objeto de estudo da psicanálise. É o mesmo sujeito que a pós-modernidade inaugura. Um indivíduo fragmentado, clivado, assujeitado e submetido, tanto ao seu próprio inconsciente, quanto às condições históricas em que está localizado.

Por isso que a metodologia da Análise de Discurso busca os não-ditos ou possíveis ditos dentro do texto, por ser essa uma forma de acessar o inconsciente. Mesmo trabalhando com teorias estruturalistas de sua época, Pêcheux sempre interessou-se mais pela deriva dessas estruturas.

É por meio dessas falhas que se atingem essas estruturas, não vistas mais como completas e fechadas, mas sim como abertas e incompletas, sempre em circulação entre si. Na linguagem os equívocos, na ideologia as contradições e na psicanálise os processos inconscientes (FERREIRA, 2005).

Para relacionar essas questões ideológicas e psicanalíticas à linguagem, o autor trabalhou o conceito foucaultiano de formação discursiva (FD). As FDs são as regras históricas, que em determinado contexto definem a condição do uso dos discursos. Elas definem o que pode ou não pode ser dito e quais os possíveis lugares de fala o sujeito pode ocupar.

Assim, uma FD é marcada por regularidades (regras de formação) que funcionam como mecanismos de controle (internos e externos, segundo Foucault) que determinam o que lhe pertence e o que não lhe pertence. Esses mecanismos mostram que o que se diz não provém de uma infinitude de significados, mas de condições de possibilidades de dizer específicas. (SOUZA, 2006, p. 89)

Essas formações não são fechadas e não funcionam isoladamente dentro de um discurso, elas surgem atravessadas umas nas outras, definindo-se pelas relações de sentido que mantém entre si. Essas FDs estão presentes no interdiscurso de determinada época, que é o conjunto de saberes partilhados dentro de uma sociedade.

Como o interdiscurso materializa-se na linguagem e na ideologia de uma época, os indivíduos não são capazes de associá-lo com determinada origem histórica. Para os sujeitos ele “sempre” existiu.

Pêcheux afirma que o interdiscurso e o assujeitamento dos sujeitos provocam o que chamou de “esquecimento nº1” – o esquecimento de que o indivíduo reproduz um discurso ideológico, que para ele parece ter sido sempre legítimo. Esse apagamento da memória impede a compreensão de que o discurso enunciado tem uma origem histórica.

O sujeito enunciator não teve sua expressão já determinada, ele apenas escolheu a FD mais próxima da ideologia que o constitui, através de um processo inconsciente de identificação.

Esse é o “esquecimento nº2” da AD: quando o enunciador escolhe entre os discursos possíveis, não percebendo o que motivou sua escolha. Essa escolha se dá entre as possibilidades de um intradiscurso, que é o conjunto de discursos que compõem a história daquele sujeito específico.

Segundo Souza (2006), esse intradiscurso só pode ser compreendido na sua relação com o interdiscurso. Essa característica torna o trabalho do analista do discurso compreender essas articulações de memória e de esquecimento presente nas formações discursivas. No nível desse intradiscurso que podemos encontrar as Formações Ideológicas (FI) do sujeito, a interligação entre a ideologia e a linguagem.

Os textos analisados na AD não devem ser vistos como dados e sim como fatos. Um texto encerra em si um entre os vários discursos de uma formação discursiva em pleno funcionamento. É esse discurso ou discursos que são os dados que o analista irá registrar, não apenas a superfície textual.

Para registrar os discursos na superfície textual, o procedimento da análise deve ocorrer alternadamente entre a descrição lingüística e a interpretação discursiva dos textos. O primeiro gesto de interpretação da A.D. se inicia exatamente com a escolha do texto a ser analisado. É uma escolha inconsciente, porém relevante para a teoria.

Aqui, o termo ‘texto’ se refere a toda materialidade lingüística – uma conversa, um vídeo, uma imagem, um texto escrito, com determinado autor. Em um mesmo ‘texto’ podem circular vários discursos e cada um destes surge a partir de um sujeito específico, mesmo que o texto tenha sido escrito apenas por um autor.

Cada discurso tem um sujeito, ou seja, um ‘lugar de fala’ que aquele autor assume como seu, mesmo que apenas naquele momento (SOUZA, 2006) e mesmo que já circule antes de ser anunciado por esse autor. Para a A.D. os sujeitos agem de acordo com os dispositivos ideológicos que lhe constituem.

Mesmo que inconscientemente, os sujeitos reproduzem os discursos correspondentes a suas formações ideológicas, selecionando entre os mais próximos de sua identidade. O analista, por sua vez, se propõe a um afastamento da linguagem para analisar o discurso do outro, agindo através do dispositivo teórico.

Por estar sempre atuando na intermitência entre a linguagem, o sujeito e a ideologia, a Análise do Discurso analisa cada um desses elementos como algo fluido e interligado.

A única ordem existente no mundo é aquela que lhe impomos por meio das descrições linguísticas que fazemos dele. Os sujeitos compreendem a realidade através das estruturas discursivas que atribuem significados ao que percebem.

Os indivíduos caracterizam e interpretam as experiências e eventos a partir dos sentidos disponíveis a eles. Ao interpretar uma faceta do mundo, o indivíduo empresta a essa interpretação uma solidez e normalidade difíceis de serem pensadas por quem é constituído por outras estruturas ideológicas. (SOUZA, 2006, p. 68)

A proposta da AD é a construção de um dispositivo de interpretação que coloque em evidência o que é dito em relação ao que não é dito, o que é dito de outra forma ou em outro lugar (ORLANDI, 2007, p. 59). Não há nela uma procura de uma verdade ou de uma avaliação valorativa, mas uma busca por evidenciar o mecanismo por trás do funcionamento dos discursos.

Para tanto, será utilizado nessa análise um dispositivo de interpretação específico para os textos apresentados no próximo capítulo. Pretende-se construir relações entre as palavras escolhidas e as possibilidades descartadas para expressar as mesmas ideias, buscando chegar à materialidade histórica e linguística do texto.

É importante avaliar essas escolhas inconscientes do sujeito, porque elas indicam a relação que ele manteve com a memória discursiva, e explicitar o conceito da relação sujeito/autor e discurso/texto.

Deslocando a noção de autor como proposta por Foucault, Orlandi explica que todo texto, tendo um autor, pode apresentar vários sujeitos – diferentes posições – sujeito no mesmo espaço textual. Isso nos leva a noção de incompletude do sujeito e do sentido, proposta pela autora, que leva, por sua vez, à idéia da identidade como movimento, não como estado estático. (ORLANDI apud SOUZA, 2006, p. 103)

Considera-se pertinente também a distinção do dispositivo teórico e analítico da interpretação. Ao passo que o primeiro é o suporte metodológico e teórico já consolidado pela AD, o segundo são esses suportes apropriados pela analista, o que torna sua análise única.

O primeiro passo para executar a análise é sair da superfície do objeto enunciado escolhido para o objeto discursivo em si. A AD realiza tal deslocamento procurando se dar conta dos esquecimentos nº2 presentes no texto. Segundo Orlandi “... construímos, a partir do material bruto, um objeto discursivo em que analisamos o que é dito nesse

discurso e o que é dito em outros, em outras condições afetadas por diferentes memórias discursivas” (2007, p. 65).

O importante nessa análise é questionar por que aquelas palavras foram utilizadas e não outras. A partir dessas marcas discursivas, podemos chegar até as marcas ideológicas, que são os mecanismos que colocam em funcionamento os sentidos dentro do texto.

Como já foram apresentados aqui o conceito de democracia e ciberespaço, bem como sua relação transformada e constituída a partir dos processos pós-modernos, e os dispositivos teóricos e analíticos da AD, é possível analisarmos qual o sentido atribuído pelo atual governo federal brasileiro às práticas de ciberdemocracia.

Essa análise será realizada no próximo capítulo a partir de textos produzidos por três órgãos governamentais. Mesmo que a materialidade dos textos não apresente uma discussão sobre o assunto na superfície linguística, o fato de todos eles abordarem relações do governo com temáticas da cibercultura pressupõem que sejam colocados em movimentos sentidos a respeito do assunto. Posto isso, vamos à análise.

3 Comunicação governamental: uma análise

A presente análise se ocupará em encontrar os sentidos existentes nos textos de órgãos governamentais. Foram selecionados três textos publicados em sites mantidos por entes do governo federal brasileiro. O primeiro texto é do Blog do Planalto, o segundo do Jornal da Câmara e o último do Portal do Superior Tribunal Federal.

Para a análise será utilizada uma tipologia de discursos proposta por Orlandi (2007). O uso de tipologia não é uma das preocupações principais de um analista do discurso, mas para o presente trabalho se mostrará. A opção de utilizá-la se deu por conta dessa tipologia não refletir condições institucionais ou disciplinares, mas sim o modo de funcionamento e as características internas de cada discurso. Nela os discursos podem ser autoritários, polêmicos ou lúdicos.

Os discursos autoritários são aqueles em que a criação de novos sentidos é contida. O locutor desses discursos se coloca como agente exclusivo, apagando sua relação com qualquer interlocutor ou sentidos diversos daquele que o fundamentam. Um exemplo deles são os discursos religiosos, que não permitem interpretações diferentes.

Os discursos polêmicos são aqueles que a criação de novos sentidos é controlada. Diferente do tipo de discurso anterior, existe mais de um sentido se deslocando, ainda que não de forma pacífica. Há aqui uma luta de vários interlocutores pelo referente.

Por fim, existem os discursos lúdicos. Neles a criação de novos sentidos é aberta, o referente está presente e os interlocutores estão expostos a essa presença, sem regular suas relações com esses.

A tipologia apresentada foi constituída a partir da relação dos sentidos dentro de cada discurso. Especificamente, a sociedade brasileira contemporânea, por sua conservação e funcionamento, tem características discursivas:

“(...) pensando-se o conjunto de práticas de sua materialidade, tende a produzir a dominância do discurso autoritário, sendo o lúdico o que vaza, por assim dizer, nos intervalos, derivas, margens das práticas sociais e institucionais. O discurso polêmico é possível e configura-se como uma prática de resistência e afrontamento” (ORLANDI, 2007, p. 87)

Importante ressaltar que não existe um discurso que se enquadre completamente nessa tipologia. Os discursos são misturas ou articulações. De forma geral pode-se dizer que um discurso tende para o autoritário, mas nunca que é plenamente autoritário, uma vez que aqui trabalhamos com o inconsciente, com a deriva. É a complexidade dos discursos.

Com a escolha de tipologia explicitada o dispositivo analítico em questão se evidencia e pode-se partir para a análise. O primeiro texto coletado é o “Novas mídias marcam o debate no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa” publicado no Blog do Planalto e reproduzido no Anexo A.

3.1 O Blog do Planalto

A busca pelas marcas discursivas decorrentes de esquecimentos nº2 no texto pode se iniciar logo na primeira frase do primeiro parágrafo. Nela podemos encontrar duas marcas discursivas, também relacionadas às mídias: “A mídia do século 21 adquire novos *contornos* que permitem ao cidadão *acompanhar* por infinitas ferramentas os fatos que acontecem no Brasil e no mundo”.

A escolha de *contornos* evidencia uma escolha inconsciente por manter um sentido dentro do texto. Sem prejuízo algum a palavra poderia ser substituída: “*a mídia do século 21 adquire novas características que...*” ou ainda “*a mídia do século 21 adquire novas possibilidades que...*”.

A palavra contorno se refere a algo novo que a mídia ou novas mídias, como está exposto no título, adquiriu no século 21. Dentro da discussão apresentada no primeiro capítulo sobre as consequências das novas tecnologias de comunicação, pode-se dizer que essa mídia passou por *transformações*. Mas não é esse o sentido que o texto indica,

uma vez que *contorno* desloca o texto para o sentido de circundante ou mesmo periférico.

Identificamos assim que, ainda que a superfície textual trate a mídia do século 21 como nova, o sentido aqui trabalhado é de que as novas mídias não são assim tão inovadoras. Elas apenas adquiriram *contornos* diversos dos anteriores. Dessa forma identificamos uma FD que nega que a mídia atual tenha sido transformada ou mesmo modificada pelas novas tecnologias. Prosseguindo na análise encontraremos marcas discursivas que vão apoiar ou se contrapor a essa FD.

Na mesma frase foi identificada outra marca discursiva: “... que permitem ao cidadão *acompanhar* por infinitas ferramentas os fatos que acontecem no Brasil e no mundo”. A escolha do verbo *acompanhar* aqui também não é por acaso. As outras possibilidades aqui negadas seriam: “... que permitem ao cidadão *comentar* por infinitas ferramentas...” ou “...que permitem ao cidadão *avaliar* por infinitas ferramentas...”.

Acompanhar, entretanto, é uma marca discursiva que desloca todos os sentidos para a compreensão de que o cidadão continua como um mero espectador das notícias, não lhe sendo possível avaliá-los ou comenta-los. Dessa forma, o discurso presente no texto apaga uma das principais características da cibercultura, que é a interação no processo comunicacional.

A FD se torna cada vez mais clara: além de significar a(s) nova(s) mídia(s) como pouco inovadora, ela também desconsidera a possibilidade de interação por meio dessas. Vamos prosseguir, buscando compreender o discurso presente no texto.

No mesmo parágrafo foi identificada outra marca discursiva: “a Internet vem se destacando neste cenário, *assegurando* a rapidez da propagação da informação”. Novamente, buscamos possibilidades descartadas pelo locutor para construir a materialidade linguística: “a internet vem se destacando neste cenário, *aumentando* a rapidez da propagação da informação” ou “a internet vem se destacando neste cenário, *proporcionando* a rapidez da propagação da informação”.

No texto em si, o verbo *assegura* significa que a rapidez da propagação da informação já existe, a Internet apenas assegura que ela continue existindo. Na primeira alternativa apresentada a velocidade também existiria, mas seria enriquecida pela Internet. Na última, a Internet seria a responsável direta pela rapidez da propagação. Fica claro então que o sentido deslocado nesse discurso é de que a Internet apenas proporcionou credibilidade a um processo já existente.

Apresenta-se então uma FD contrária à ideia de que essas tecnologias da comunicação transformaram a mídia, de que os cidadãos possam utilizá-las para interagir nos processos de comunicação e de que a rede de comunicação que elas mantém, a Internet, seja responsável pela velocidade das informações. Identifica-se assim um discurso crítico aos efeitos que tais tecnologias proporcionam.

Ainda em relação às questões do ciberespaço, a materialidade linguística apresenta as seguintes marcas: “Helena Chagas também destacou as *ferramentas* que o governo dispõe para *canalizar* as informações...”. Como nas marcas anteriores, é importante aqui o que não foi dito, mas poderia ter sido.

Uma primeira possibilidade seria: “... destacou também *os meios* que o governo...” ou ainda “... destacou também *os espaços* que...”. O uso da palavra *ferramentas* vai de encontro ao sentido dessas mídias serem inovações ou novos espaços de interação. Ao contrário, significa que elas não passam de instrumentos possíveis.

A marca discursiva complementar e presente na mesma frase é ainda mais reveladora: *canalizar* as informações desloca o sentido de que as mídias nada mais são que canais pelos quais a informação devem ser divulgadas. O sentido é de que as mídias, por mais novas que a materialidade linguística apresente, funcionam da mesma forma que as velhas: lineares e irradiantes, sem possibilidade de interlocução.

Na mesma frase estão marcados o sentido de instrumentalização dessa mídias e o sentido de utilidade primeira delas de apenas enviar informações aos cidadãos. Tudo isso, expresso em uma materialidade que enfatiza a importância dessa mídia. Ainda no mesmo parágrafo outra marca discursiva chama atenção: “As novas mídias vieram *pegar* o Brasil neste momento de emancipação...”.

Entre as demais frases possíveis: “As novas mídias vieram *auxiliar* o Brasil neste momento de emancipação”, “As novas mídias vieram *constituir* o Brasil neste momento de emancipação” ou ainda “As novas mídias vieram *apoiar* o Brasil neste momento de emancipação”. As possibilidades são muitas. Mas a materialidade que prevaleceu graças ao esquecimento nº2 foi de que as novas mídias são externas ao Brasil, não existem nele. Esse sentido aproxima-se da ideia do impacto das tecnologias da comunicação, como algo externo, estranho à sociedade.

Esse mesmo significado de estranhamento é expresso no seguinte trecho: “O objetivo claro do governo é a *inserção* do brasileiro nessa nova mídia”. A palavra

inclusão caberia igualmente, bem como *apropriação*, mas a inserção desloca o sentido de que as mídias estão lá fora, é necessário que os brasileiros sejam inseridos nelas.

Por fim, a FD de instrumentalização dessas mídias surge novamente no trecho “O ministro contou sobre a dimensão dos *instrumentos colocados* à disposição”. Novamente, o sentido colocado em funcionamento é de que a Internet e as novas mídias são apenas instrumentos ou ferramentas.

Evidencia-se assim o sentido colocado em funcionamento dentro do texto é de que as novas mídias e a Internet são apenas instrumentos que aceleram a entrega da informação aos cidadãos. Não foi encontrada durante a análise nenhuma marca discursiva que aponte algum sentido de que a cibercultura possa de alguma forma contribuir com um diálogo com o cidadão ou mesmo enriquecer processos comunicacionais ou políticos.

Dentro da tipologia aqui trabalhada, o discurso do texto tende a ser autoritário, uma vez que apaga qualquer outro interlocutor e assume apenas um sentido possível para os referentes aqui trabalhados. Dessa forma encerra-se a análise do Poder Executivo, representado aqui pelo Blog do Planalto. A seguir será analisado o texto “**Projeto do governo para marco civil da internet começa a tramitar na Câmara**”, do Jornal da Câmara.

3.2 O Jornal da Câmara

Prosseguindo com análise da comunicação governamental, serão evidenciados agora os discursos presentes em um texto do Jornal da Câmara, publicado pela Câmara dos Deputados, do Poder Legislativo do Governo Federal e reproduzido no Anexo B. A tipologia utilizada no texto anterior permanece, permitindo que ao final seja realizada uma comparação entre os discursos presentes nos três textos.

A primeira marca discursiva identificada em nossa análise esteve presente no seguinte trecho: “Esse projeto estabelece restrições muito profundas, o que pode comprometer o *caráter* democrático da internet”. A escolha que o locutor fez ao utilizar *caráter* é um gesto significativo. Sem prejuízo ao texto poderiam ter sido utilizados *potencial*, *a contribuição democrática* ou também *a utilização*.

A escolha inconsciente de *caráter*, mesmo que na fala de um entrevistado, desloca o sentido de que a Internet tem por característica ser democratizante. Apresenta-se uma FD que significa a Internet como constituinte da democracia, em oposição ao sentido vigente no texto anterior, que a significava como irrelevante para esse uso.

A marca discursiva seguinte apresenta-se no parágrafo: “A chegada do projeto do Executivo não vai interferir na votação da proposta que *tipifica* os crimes...”. A escolha da palavra poderia ter sido outra. No mesmo trecho caberia: “da proposta que *descreve* os crimes...” ou “da proposta que *determina* os crimes...”. O uso do termo tipifica se repete ainda em: “Não vejo nenhuma incompatibilidade com o projeto de *tipificação* de crimes.”.

Em ambos os casos, o referente é um projeto de lei. O sentido é que ele propõe uma tipologia, uma categorização de crimes. O jogo da linguagem aqui é interessante e longe de ser transparente. A materialidade linguística analisada apresenta dois projetos de lei: o dos crimes no ambiente da Internet, que é o referente aqui analisado, e o do marco civil, que se propõem a ser votado antes do referente, uma vez que abarca suas questões.

O texto apresenta em sua superfície os argumentos de quem defende que o primeiro seja votado depois do segundo e de quem defende que eles não estão ligados, logo podem ser votados separadamente. A escolha da palavra *tipificação* então é justificada. Ela desloca o significado de que o primeiro projeto se restringe a tipificar crimes e não instituí-los, logo ele não tem nenhuma ligação com o primeiro. Se fosse apresentado como um projeto que *institui* crimes, o discurso fortaleceria a significação do outro lado do debate, que defende a prioridade em votar um marco civil.

As marcas discursivas seguintes estão presentes em uma oposição feita pelo locutor, que apresenta os defensores de cada projeto e suas respectivas justificativas. O trecho é o seguinte: “Para os *chamados ativistas da internet livre*, os crimes já podem ser punidos por meio da legislação atual (...) Para *advogados, juristas e delegados*, porém, a nova lei é necessária (...)”.

Presentes agora não mais nas falas de um entrevistado, essas marcas discursivas indicam quais FDs constituem o texto. O que a materialidade apresenta é que um dos lados das discussões é defendido pelos *chamados ativistas da internet livre* e do outro *advogados, juristas e delegados*. Um dos grupos é apresentado por um nome genérico enquanto o outro apresenta um grupo formado por três categorias profissionais que representam o aparelho jurídico do Estado.

Fica nítido então que a FD apresentada busca legitimar um dos lados da discussão ao passo que desqualifica o concorrente. Não haveria nenhum prejuízo ao texto se houvesse sido utilizada a descrição “Para *comunicadores, empresários e pesquisadores*”. A FD presente no texto dificilmente possibilitaria essa expressão, mas o locutor nem se dá conta dessa escolha, por conta do esquecimento de nº2 da AD.

Essa análise apenas se confirma em um trecho posterior do texto: “Já o relator do PL 84/99 na Comissão de Ciência e Tecnologia, deputado Eduardo Azeredo, afirmou que o marco civil não é um *contraponto* a essa proposta, mas um *complemento*. ‘O único ponto de *choque* entre as propostas...’”.

O uso das palavras *contraponto*, *complemento* e *choque* configuram duas tentativas de mitigar o sentido de que as duas propostas presentes no texto são contraditórias. Poderiam ter sido utilizadas as palavras *contrário* ou *oposto*, mas a palavra *contraponto* prevaleceu por ser a que menos significava ameaça. Em seguida, a superfície linguística anuncia que as duas propostas são complementares, deslocando o sentido de que se completam, que juntas são inteiras. Mas a formação ideológica presente no texto vem a superfície nas palavras seguintes, quando afirma que há um ponto de *choque* na proposta.

Assim, a oposição existente entre os dois lados do debate vem à tona de forma enérgica. Não se trata de uma *diferença* ou *discordância*, mas sim de um *choque*. Por mais que o locutor do referido texto tenha tentado conter o mecanismo de predileção por uma das propostas, quando se olha além da superfície textual, é possível avistamos como os sentidos estão sendo deslocados.

Constata-se com a referida análise que, a despeito do nível enunciativo apresentar dois lados equiparados de uma discussão, no nível discursivo existe um discurso que não apenas escolhe um dos lados como, com evidente esforço linguístico, busca enfatizá-lo.

A primeira marca discursiva identificada apresentou uma FD que significa a Internet como democratizante, entretanto, ao longo do texto é construída uma predileção por um dos lados, sendo o lado apagado exatamente aquele dos que defendem *a internet livre*. Trata-se, portanto, de um discurso que tente ao discurso autoritário, apenas apresentando as falas dos outros interlocutores, mas buscando de forma simultânea anular suas significações.

Até o presente momento os dois textos analisados apresentaram a tendência de serem autoritários quanto ao sentido de que a Internet e as novas mídias, duas

referências à cibercultura, não contribuem ou não tem tanta importância no aprimoramento da democracia. Passemos então ao último texto analisado, produzido pelo Poder Judiciário do Governo Federal brasileiro.

3.3 O Portal do Supremo Tribunal Federal

O último texto a ser analisado representa o órgão máximo do Poder Judiciário no Brasil. O texto trata sobre uma decisão dos membros do Supremo Tribunal Federal a respeito de uma ação judicial que buscava responsabilizar a empresa Google por material ofensivo publicado em um de seus sites de relações sociais, o Orkut. O texto se chama “Google não pode ser responsabilizado por material publicado no Orkut” e está publicado na íntegra no Anexo C.

A primeira marca discursiva se apresentou no seguinte texto: “já que a verificação do conteúdo das veiculações implicaria restrição da **livre manifestação** do pensamento”. Seria possível substituir essas palavras por “restrição da *expressão* (...)”. Outra construção possível: “restrição da publicação do pensamento”. A possibilidade consolidada, entretanto, *livre manifestação*, desloca um sentido histórico de participação política e democrática.

A próxima marca discursiva refere-se à relação entre o site que o texto apresenta e os indivíduos que o utilizam. “O site em questão configura uma prestação de serviços colocada à disposição dos *usuários* da rede”. Essa marca discursiva se repete ao longo de todo texto. Ao trabalharmos as outras formas possíveis que o texto podia ter expressado, encontramos as palavras *clientes*, já que se trata de uma relação comercial, *internautas*, já que se fala em pessoas que navegam por um site.

O termo *usuários*, entretanto, desloca o sentido na direção de um simples operador dentro das possibilidades apresentadas. Como já discutido no capítulo 1, o ciberespaço deixou de ser utilizado por usuários a partir do momento que os sujeitos puderam reproduzir, criar, avaliar e interagir com conteúdos presentes nele.

Mas a presença dessa marca discursiva e a sua utilização repetitiva no texto expõem a existência da mesma FD de instrumentalização presente no texto 1. A Internet é apenas uma ferramenta ou instrumento e os sujeitos *usam* esse equipamento para determinado fim.

A marca discursiva identificada na sequência confirmou essa FD e explicitou o deslocamento de sentido que se tem no texto a respeito da Internet. “relação de consumo nos *serviços* de internet”. Entre os deslocamentos de sentido realizados no texto, o mais presente é o da Internet como espaço de comercialização. Se as pessoas que utilizam a Internet são *usuários*, é constitutivo que os provedores forneçam *serviços* e não *conexões* ou *acesso*.

No seguinte trecho identificou-se outra marca discursiva: “eliminaría um dos maiores atrativos da internet, que é a *transmissão* de dados em tempo real”. Nesse trecho a palavra *transmissão* poderia ser substituída por “é a *produção* de dados em tempo real” ou “é a *canalização* de dados em tempo real”. A marca, nessa materialidade, significa a Internet como um meio de comunicação irradiante, do qual a informação é transmitida em tempo real.

O texto aqui analisado é constituído em grande parte por uma formação discursiva que significa a Internet como um meio de comunicação acima de tudo comercial. Dentro dessa formação ideológica, o serviço da Internet é transmitir dados para que sejam consumidos por seus usuários.

No início do texto uma marca discursiva significava a Internet também como um espaço de livre expressão, uma das principais liberdades garantidas na democracia liberal. Em nenhum momento a superfície linguística apresenta uma discussão sobre democracia, mas ela se faz presente e se evidencia por conta dessa marca discursiva. É um ponto em que se expressão tal valor para o discurso presente no texto.

Mesmo que tenha sido silenciada no restante da superfície linguística, essa FD manteve-se presente. O discurso da Internet como espaço comercial prevalece, mas não sufoca completamente o diferente. Dentro da tipologia proposta por Orlandi (2007), o terceiro texto tem então um discurso que tende ao polêmico. Por mais que a superfície linguística apresente uma plácida e regular oratória jurídica, há uma luta de sentidos nos discursos interiores ao texto. A resignificação aqui é contida, mas ao contrário dos discursos autoritários anteriores, não há um apagamento ou uma predileção pelos sentidos.

O uso da tipologia não é um pré-requisito para essa análise, mas foi uma escolha do pesquisador para auxiliar as considerações finais discutidas mais à frente. Tão pouco a tipologia aqui é utilizada serviria para qualquer análise de qualquer tipo de texto. A AD não funciona de forma uniforme. Cada objeto e cada texto no qual ele se apresenta

exigem um dispositivo analítico adequado, que será por sua vez único para cada analista.

Com isso, finaliza-se a análise dos três textos coletados das comunicações governamentais brasileiras. Buscamos aqui não fazer juízos de valores dos significados deslocados e tão pouco predizer ou indicar o que é ou não verdadeiro. Essas análises apenas buscaram evidenciar como tais comunicações significam as práticas da cibercultura em suas relações com a democracia.

Ao trabalhar o dito e o não dito, a AD permite que se chegue até a base inconsciente dessas comunicações. Finalizada essa fase, faz-se necessário resgatarmos conceitos discutidos anteriormente e contextualizarmos os resultados dessa análise dentro do panorama da significação que o Governo Brasileiro faz de uma proposta de ciberdemocracia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise empreendida no capítulo anterior, podemos considerar os discursos presentes nas comunicações dos poderes legislativo e executivo brasileiros discursos autoritários, caracterizados por aqueles que permitam apenas um efeito de sentido em relação à ideia da Internet como espaço de ações democráticas. Já o poder judiciário se diferenciou por ter um discurso polêmico, no qual sentidos diferentes coexistem em suas comunicações.

Nos três textos analisados esteve presente uma formação discursiva de instrumentalização da Internet. O sentido aí atribuído é de que esse meio de comunicação é um instrumento que deve ser utilizado pelo governo para divulgar suas ações e informar os cidadãos, apagando qualquer referência à possibilidade de que suas inovações, como a interatividade e a criação coletiva, possam contribuir com a democracia.

Apenas no último texto coexiste com essa formação discursiva uma diferente, que significa o ciberespaço como um meio de comunicação puramente comercial, no qual empresas oferecem determinados serviços àqueles dispostos a pagar os preços exigidos, mesmo que não sejam de natureza monetária (acesso a informações, oferta de outros serviços).

Em ambos os casos, não é apresentada a possibilidade de um enriquecimento da democracia. As comunicações do governo aqui analisada não dialogam com uma Internet deliberativa, que segue o modelo grego de democracia, ou com uma possibilidade de nivelamento dos cidadãos do ponto de vista informativo, para que juntos pudessem discutir os projetos políticos de seu país.

Para os órgãos analisados, o ciberespaço nem mesmo tem as características pós-modernas em que ele foi formado. Ele ainda é um meio de comunicação moderno, linear e hierárquico, no qual o governo pode comunicar de forma direta e sem interlocuções seus feitos. Para esse governo, os indivíduos que utilizam esse meio de

comunicação não são incompletos ou complexos, mas sim indivíduos que estão aguardando que as informações lhes sejam repassadas, sem deliberação.

O único sentido de interação que essas comunicações significam é o da interlocução comercial, de sujeitos clientes ou usuários, mas não de cidadãos. Nessa perspectiva, o ciberespaço, tal como os demais meios de comunicação irradiantes, tem como característica a capacidade de difundir informações de forma rápida e eficaz. Mas toda dimensão conflituosa e inovadora da cibercultura fica assim apagada nesse discurso.

Esses discursos são sustentados por formações ideológicas enraizadas em um funcionamento midiático anterior, em que os sujeitos desse processo de comunicação desempenhariam apenas o papel de receptores passivos, em uma estrutura de comunicação matemática.

Esses discursos não foram colocados em funcionamento por acaso, como o esquecimento nº1 da A.D. nos leva a pensar. Eles são parte de uma luta pelo sentido do que é o ciberespaço para os cidadãos brasileiros. Essa luta não está descontextualizada, ela é uma disputa pelo poder sobre o potencial que a cibercultura tem para enriquecer, ou reprimir, a democracia.

Ao contrário do que prega a superficialidade linguística, há ainda uma forte resistência do governo brasileiro a esse potencial. Levando em conta os resultados da análise e dos conceitos estudados no presente trabalho, podemos afirmar que essa resistência se apresenta por falta de compreensão desse potencial por parte dos gestores atuais ou pela dificuldade de se adaptarem às consequências de potencial para a política.

Em ambos os casos, o cenário apresentado ainda é um desafio para que as práticas ciberdemocráticas possam se disseminar. Entretanto, a disseminação crescente das tecnologias de comunicação e o surgimento no panorama político de novos agentes, que compreendem e utilizam o ciberespaço como espaço de discussão, indicam que essas práticas são possíveis dentro do governo federal, ainda que apenas em contextos futuros.

Esse avanço não será realizado de forma pacífica e automática. Deverá ser conquistado pelos cidadãos dentro do atual contexto democrático, no qual boa parte da população ainda não está inserida na discursividade do ciberespaço. Apenas quando essa discussão passar da formação discursiva para a materialidade linguística dos processos de comunicação a sociedade brasileira estará mais próxima de ver essas práticas de ciberdemocracia serem efetivadas.

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar a comunicação de órgãos governamentais a respeito das relações entre a cibercultura e a democracia. Essa análise nos permitiu a compreensão de como funciona nessas instituições o processo de significação e contextualização dessas relações.

Para tanto, foi necessário avaliar os discursos presentes na materialidade textual produzida pelos órgãos e examinar o quanto os gestores compreendem o ciberespaço como lugar de interlocução nos processos de comunicação.

Quanto mais a academia se debruçar sobre estas questões, mais claro ficará para a sociedade os possíveis caminhos que o seu fazer democrático está tomando. Dessa forma, essas outras abordagens não apenas são possíveis, elas são desejadas, para que tal discussão, ainda incipiente dentro da comunicação governamental como a análise leva a considerar, possa ganhar mais espaço dentro dos poderes governamentais.

Nossa análise se ateve ao sentido que o governo assume dessas práticas da cibercultura. Mas outros estudos serão necessários para se analisar e comprovar quais as consequências que esse sentido produz nas políticas públicas de inclusão digital e de comunicação.

Outra questão é qual sentido a sociedade organizada adota em relação à possível contribuição do ciberespaço para a democracia. A luta entre o sentido de um ciberespaço libertador e um ciberespaço instrumental pode não corresponder respectivamente ao discurso das organizações sociais e do governo brasileiro.

Para avançar é preciso mais do que questionar se as organizações sociais compreendem o papel potencial do ciberespaço. É necessário também questionar por quais deslocamentos tais organizações passaram para se adequar a uma sociedade na qual futuramente todos serão receptores e emissores. Afinal, qual o sentido dessas organizações em uma sociedade em rede?

Essas questões ficarão em aberto. Serão analisadas em futuros estudos ou mesmo por outros autores. E a cada um desses trabalhos compreenderemos melhor a ciberdemocracia, seus limites e suas possibilidades.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado: notas para uma investigação. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 105-142.

Blog do Planalto. **Novas mídias marcam o debate no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa**. Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/novas-midias-marcam-o-debate-no-dia-mundial-da-liberdade-de-imprensa/>> Acesso em: 06 mar. 2012.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BORÓN, Atilio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A galáxia da internet**. Rio de Janeiro: Jorge Hazar Ed, 2003.

CRUZ, Renato. **O que as empresas podem fazer pela inclusão digital**. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.

CUNNINGHAM, Frank. **Teorias da democracia: uma introdução crítica**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

DIZARD, Wilson. **A nova mídia**. Rio de Janeiro: Jorge Hazar, 2000.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Linguagem, Ideologia e Psicanálise. In: FONSESILVA, Maria da Conceição; SANTOS, Elmo José. **Estudos da Língua(gem)**. Vitória da Conquista: Ed. Uesb, junho de 2005, p. 69-75.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do poder**. São Paulo: Edições Graal, 1979.

- _____. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão.** Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- _____. **Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- GUILLAME, Mark. A revolução comutativa. In: PARENTE, André (Org.). **Tramas da rede.** Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 142-160.
- Jornal da Câmara. **Projeto do governo para marco civil da internet começa a tramitar na Câmara.** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/jornalcamara/default.asp?Seleção=matéria&codMat=66273>. Acesso em: 06 mar. 2012
- HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- KEEN, Andrew. **O culto do amador: como blogs, MySpace, YouTube e a pirataria digital estão destruindo nossa economia, cultura e valores.** Rio de Janeiro: Jorge Hazar, 2009.
- KIM, Ho Jon. Cibernética, ciborgues e ciberespaço: notas sobre as origens da cibernética e sua reinvenção cultural. In: ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. **Horizontes antropológicos.** Porto Alegre, ano 10, nº21: PPGAS/UFRGS, 2004.
- LEMOS, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea.** Porto Alegre: Sulina, 2004.
- LEMOS, André; LÉVY, Pierre. **O futuro da internet.** São Paulo: Paulus, 2010.
- LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva.** São Paulo: Ed. Loyola, 1998.
- _____. **Cibercultura.** São Paulo: Ed. 34, 1999.
- _____. **Ciberdemocracia.** Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo.** Barueri: Manole, 2005.
- _____. **A sociedade da decepção** Barueri: Manole, 2007.
- LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- MATOS, Heloiza Helena Gomes de. Comunicação pública e mídia. In: DUARTE, Jorge (Org). **Comunicação pública: Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público.** São Paulo: Ed. Atlas, 2007.
- MARX, Karl. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

- MORIN, Edgar. **O método I: a natureza da natureza**. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- MOROZOV, Evgeny. **The net delusion: the dark side of internet freedom**. New York: Perseus Books Group, 2011.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso – princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007.
- PACHECO, Liliana. Wikileaks e internet: O que poderá mudar no jornalismo a partir daqui. In: REBELO, José (Coord). **Ser jornalista em Portugal: perfis sociológicos**. Lisboa: Gradiva, 2011
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- Portal do Supremo Tribunal Federal. **Google não pode ser responsabilizado por material publicado no Orkut**. Disponível em: http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=100532. Acesso em: 06 mar. 2012
- RAMONET, Ignácio. **A tirania da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- RIFKIN, Jeremy. **A era do acesso**. São Paulo: ed. Pearson Makron Books, 2001.
- SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. **Conhecendo análise de discurso – Linguagem, sociedade e ideologia**. Manaus: Valer, 2006.
- _____. Para quem é o discurso pedagógico?. In: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; BRANCO, Luiza Katia Castello. (Orgs.). **Análise do Discurso no Brasil: pensando o impensado sempre**. Campinas: RG, 2011, p. 467-481.
- THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. O primeiro estruturalismo: método de pesquisa para as ciências da gestão. In: QUINTELA, Rogério H. **Revista de administração contemporânea**. Curitiba: Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração, abril/junho de 2006, p. 137-156.
- TOCQUEVILLE, Aléxis. A Democracia na América. In: WEFFORT, Francisco(Org.). **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática, 1991.
- WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate**. São Paulo: Ed. Senac, 2006.

ANEXOS

ANEXO A
**Texto do Blog do Planalto “Novas mídias marcam o debate no Dia
Mundial da Liberdade de Imprensa”**

Novas mídias marcam o debate no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa

A mídia do século 21 adquire novos *contornos* que permitem ao cidadão *acompanhar* por infinitas ferramentas os fatos que acontecem no Brasil e no mundo. E a internet vem se destacando neste cenário, *assegurando* a rapidez da propagação da informação seja por meio do twitter, do youtube, do facebook, e demais redes sociais. Essa foi a tônica do seminário “A Mídia do Século XXI: Novas Fronteiras, Novas Barreiras”, realizado nesta terça-feira (3/5), no auditório do Instituto Rio Branco, em Brasília, por ocasião do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa.

Aberto pelo diretor do Instituto Rio Branco, George Lamazière, o seminário contou com a participação da ministra-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Helena Chagas, com o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, e o representante da Unesco no Brasil, Vincent Defourny. Em seguida aconteceu painel com mediação do jornalista Mauro Malin entre Andrew Puddephatt, diretor da Global Partners and Associates, organização que promove a boa governança, a democracia e os direitos humanos, e Caio Túlio Costa, jornalista consultor de mídia digital.

A ministra Helena Chagas destacou em seu pronunciamento o fato de o Brasil viver atualmente “a plena liberdade de imprensa”. Helena Chagas frisou que tal situação ocorreu no governo do ex-presidente Lula e segue o curso normal no governo da presidenta Dilma Rousseff. Em seguida, a ministra contou sobre as ações do governo federal no sentido de *assegurar* ao cidadão *acesso* aos meios eletrônicos de comunicação, com exemplo, por meio do Plano Nacional de Banda Larga ou a oferta de Internet nas escolas públicas do país.

Helena Chagas também destacou as *ferramentas* que o governo dispõe para *canalizar* as informações, como o Blog do Planalto, o twitter, site e portal Brasil. “A implantação das novas mídias constitui um processo muito grande. Processo de incorporação. As novas mídias vieram *pegar* o Brasil neste momento de emancipação de um vasto contingente de brasileiros...”, disse.

“É uma maneira de você combater a desigualdade. O governo da presidenta Dilma Rousseff está realmente empenhado nisso. O Plano Nacional de Banda Larga vem

sendo implementado. O objetivo claro do governo é *inserção* do brasileiro nessa nova mídia.”

Numa outra frente, segundo a ministra, o governo segue com a política de descentralização da verba publicitária. Isso permitiu que publicações de menor porte pudessem contar com anúncios do governo federal. Helena Chagas destacou também o apoio do governo à Lei Geral do Acesso à Informação Pública, que tramita no Congresso Nacional, e concluiu lembrando uma manifestação da presidenta Dilma: “Ela prefere mil vezes as críticas da imprensa livre ao silêncio do calabouço das ditaduras. É com esse espírito que vamos trabalhando.”

O ministro Antonio Patriota, também em discurso, destacou os 20 anos da instituição no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa e a rapidez como surgem novas mídias no mundo. O ministro contou sobre a dimensão dos *instrumentos colocados* à disposição do cidadão pelo Itamaraty e o volume de acessos às redes sociais do ministério.

O representante da Unesco, Vincent Defourny, falou sobre a comemoração da data no Brasil e em outros cem países. Em seguida teve início painel com a participação da plateia formada basicamente por jornalistas e integrantes da diplomacia brasileira.

Fonte: <<http://blog.planalto.gov.br/novas-midias-marcam-o-debate-no-dia-mundial-da-liberdade-de-imprensa/>> Acesso em: 06 mar. 2012.

ANEXO B

Texto do Jornal da Câmara “Projeto do governo para marco civil da internet começa a tramitar na Câmara”

Projeto do governo para marco civil da internet começa a tramitar na Câmara

A Câmara recebeu ontem o Projeto de Lei 2126/11, do Executivo, que cria o marco regulatório da internet. A proposta chega no momento em que a Casa discute o Projeto de Lei 84/99, que tipifica os crimes cibernéticos. Durante um seminário sobre o tema na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, parlamentares e especialistas defenderam que primeiro seja discutido o marco civil que traça princípios, direitos e deveres dos usuários, antes da votação do projeto que criminaliza certos procedimentos.

A deputada Luiza Erundina (PSB-SP), coordenadora da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e Direito à Comunicação, defendeu a retirada do PL 84/99. “É uma oportunidade de se retomar a discussão em outro patamar. Esse projeto estabelece restrições muito profundas, o que pode comprometer o *caráter democrático* da internet”, explicou.

A chegada do projeto do Executivo não vai interferir na votação da proposta que *tipifica* os crimes cibernéticos. É o que garante o presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Bruno Araújo (PSDB-PE). “Essa proposta já está em discussão há três anos. Não vamos suspender a votação, que deve acontecer em setembro. Não vamos trabalhar com a possibilidade de engavetar o projeto”, afirmou.

Prejudicado - Para o deputado Paulo Pimenta (PT-RS), o projeto sobre crimes cibernéticos está prejudicado e é muito questionado com relação à proporcionalidade. “Com a aprovação do marco civil, esse projeto perde o sentido. Acho que devemos suspender sua análise por uma questão de bom senso. Não podem ser estabelecidas medidas punitivas se ainda não se sabe quais são os direitos, quais são as regras”.

O relator do projeto, deputado Eduardo Azeredo (PSDB-MG), criticou os que defendem que as ações na internet só devem ser criminalizadas depois de ser votado o marco civil enviado pelo Executivo. “Essa justificativa não é verdadeira, porque nós já tivemos a legislação penal do meio ambiente aprovada sem um marco civil. Não vejo nenhuma incompatibilidade com o projeto de *tipificação* de crimes.”

Com relação à possibilidade de retirada do projeto do qual é relator, Azeredo foi enfático. “Nós já temos uma discussão de 12 anos. A Câmara já aprovou esse projeto. Não me parece que seja bom para o País você atrasar todo o processo outra vez.”

Abaixo-assinado - O representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Guilherme Varella, entregou aos parlamentares um abaixo-assinado com mais de 350 mil assinaturas de pessoas contrárias à aprovação da proposta.

Para ele, o texto é insuficiente para combater os crimes cibernéticos, extrapola o caráter criminal e alcança ações cotidianas dos consumidores que passarão a ser consideradas crimes. Ele citou um exemplo: “Uma pessoa que compre um celular bloqueado de fábrica, quando ela desbloqueá-lo - o que hoje é um direito do consumidor -, estará cometendo um crime, com pena de até três anos de prisão.”

O Projeto de Lei 84/99 foi aprovado pela Câmara em 2003, alterado no Senado, e retornou à Casa em 2008. O texto, que tramita em regime de urgência, aguarda votação em três comissões.

Já o projeto do Executivo, que começou a tramitar na Câmara, tem regime de urgência, simultaneamente, nas comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; de Constituição e Justiça e de Cidadania; de Segurança Pública e Combate ao crime organizado.

Debatedores divergiram ontem sobre a necessidade de uma lei para punir crimes na internet neste momento, no seminário “Segurança Digital e Cidadania”, promovido pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática sobre o Projeto de Lei 84/99, que tipifica os delitos cometidos pela rede mundial de computadores. O evento foi proposto pelos deputados Luiza Erundina (PSB-SP), Sandro Alex (PPS-PR) e Eduardo Azeredo (PMDB-MG).

Para os **chamados ativistas da internet livre**, os crimes já podem ser punidos por meio da legislação atual. Eles defendem que primeiro seja aprovado o anteprojeto de marco civil da internet, que chegou ontem à Câmara. Para **advogados, juristas e delegados**, porém, a nova lei é necessária, na medida em que a legislação atual não abarca os chamados crimes de “alta tecnologia”.

As divergências já haviam sido expostas em audiência pública sobre o tema realizada em 13 de julho pelas Comissões de Ciência e Tecnologia; Direitos Humanos e Minorias; e Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Marco civil - O deputado Newton Lima (PT-SP) destacou a chegada à Câmara do anteprojeto de marco civil da internet. “Isso coloca ordem na discussão”, disse. O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, havia anunciado na terça-feira o envio da proposta.

Já o relator do PL 84/99 na Comissão de Ciência e Tecnologia, deputado Eduardo Azeredo, afirmou que o marco civil não é um *contraponto* a essa proposta, mas um *complemento*. “O único ponto de **choque** entre as propostas é o tempo de guarda de dados de conexão pelos provedores”, informou. Ele acrescentou que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) já *atropelou* o Congresso e determinou a guarda por três anos – tempo previsto também no substitutivo de Azeredo.

Guarda de dados - A guarda dos dados de conexão dos usuários pelos provedores também foi criticada. A proposta também determina que os provedores de internet guardem esses dados por três anos. O deputado Emiliano José (PT-BA) informou que, na Alemanha, a guarda de dados foi considerada inconstitucional. “Se houver essa exigência, que seja por seis meses”, defendeu.

Para o deputado Sandro Alex, hoje a internet é uma “*terra sem lei*”. Ele disse que vai propor a vinda de dirigentes das empresas Google e Facebook à comissão, para esclarecer problemas ocorridos em suas redes. Já o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) afirmou ser contrário ao PL 84/99 e argumentou que os “meios” não devem ser responsabilizados pelos crimes. “O crime é que deve ser objetivo da repressão”, disse.

Fonte: <<http://www.camara.gov.br/internet/jornalcamara/default.asp?Seleção=matéria&codMat=66273>>. Acesso em: 06 mar. 2012.

ANEXO C

Texto do Portal do Supremo Tribunal Federal “Google não pode ser responsabilizado por material publicado no Orkut”

Google não pode ser responsabilizado por material publicado no Orkut

A Google Brasil Internet Ltda. não pode ser responsabilizada por material publicado em site de relacionamento mantido pela empresa. Essa foi a decisão dos ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao indeferir pedido de indenização por danos morais a mulher que, em primeira instância, obteve antecipação de tutela, posteriormente confirmada, para determinar a exclusão de todo o material ofensivo que relacionava o nome da autora.

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) isentou o Google do pagamento de indenização por danos morais por entender que a fiscalização pretendida pela autora, na prática, implica exame de todo o material que transita pelo site, tarefa que não pode ser exigida de um provedor de serviço de hospedagem, já que a verificação do conteúdo das veiculações implicaria restrição da livre manifestação do pensamento.

Contra essa decisão do tribunal paulista foi interposto recurso especial ao STJ sob a alegação de que “o site em questão configura uma prestação de serviços colocada à disposição dos usuários da rede” e, por isso, existe responsabilidade objetiva. No recurso, afirma-se ainda que o compromisso assumido de exigir que os usuários se identifiquem não foi honrado, o que gera a falha no serviço. Por fim, alega-se negligência na prestação do serviço.

Para a relatora, ministra Nancy Andrighi, apesar de gratuito, o Orkut exige que o usuário realize um cadastro e concorde com as condições de prestação do serviço, gerando um banco de dados com infinitas aplicações comerciais e, por isso, é inegável a relação de *consumo* nos serviços de internet.

A ministra entende também que a responsabilidade do Google deve ficar restrita à natureza da atividade por ele desenvolvida naquele site: disponibilizar na rede as informações encaminhadas por seus usuários e assim garantir o sigilo, a segurança e a inviolabilidade dos dados cadastrais de seus usuários, bem como o funcionamento e a manutenção das páginas na internet que contenham as contas individuais e as comunidades desses usuários.

Em relação à fiscalização do conteúdo, a relatora considera que não se trata de uma atividade intrínseca ao serviço prestado, de modo que não se pode considerar defeituoso o site que não examina e filtra o material nele inserido. A verificação antecipada, pelo provedor, do conteúdo de todas as informações inseridas na web eliminaria um dos maiores atrativos da internet, que é a *transmissão* de dados em tempo real.

Em contraponto, a ministra Nancy Andrichi, afirma que, mesmo que fosse possível vigiar a conduta dos usuários sem descaracterizar o serviço prestado pelo provedor, haveria de se considerar outro problema: os critérios que autorizariam o veto ou o descarte de determinada informação. Seria impossível delimitar parâmetros de que pudessem se valer os provedores para definir se uma mensagem ou imagem é potencialmente ofensiva. “Entretanto, também não é razoável deixar a sociedade desamparada frente à prática, cada vez mais corriqueira, de se utilizar comunidades virtuais como artifício para a consecução de atividades ilegais”, declara.

Ao negar provimento ao recurso, a ministra destacou que os provedores de conteúdo não respondem objetivamente pela inserção no site, por terceiros, de informações ilegais e que eles não podem ser obrigados a exercer um controle prévio do conteúdo das informações postadas no site por seus usuários. Mas, devem assim que tiverem conhecimento inequívoco da existência de dados ilegais no site, removê-los imediatamente, sob pena de responderem pelos danos respectivos, mantendo, dessa forma, um sistema minimamente eficaz de identificação de seus usuários.

Como o Google adotou as medidas que estavam ao seu alcance visando à identificação do responsável pela inclusão no Orkut dos dados agressivos à moral da recorrente, os ministros da Terceira Turma, em decisão unânime, seguiram o voto da relatora, negando provimento ao recurso.

Esse é um assunto de repercussão internacional, que tem ocupado legisladores de todo o mundo e tem como tendência isentar os provedores de serviço da responsabilidade pelo monitoramento do conteúdo das informações veiculadas em seus sites.

Os Estados Unidos alteraram seu Telecommunications Act (Lei de Telecomunicações), por intermédio do Communications Decency Act (Lei da Moralização das Comunicações), com uma disposição que isenta provedores de serviços na internet pela inclusão, em seu site, de informações encaminhadas por terceiros.

A Comunidade Europeia também editou uma diretiva, intitulada “ausência de obrigação geral de vigilância”, que exime os provedores da responsabilidade de monitorar e controlar o conteúdo das informações de terceiros que venham a transmitir ou armazenar.

Contudo, essas normas não livram indiscriminadamente os provedores de responsabilidade pelo tráfego de informações em seus sites. Há, como contrapartida, o dever de, uma vez ciente da existência de mensagem de conteúdo ofensivo, retirá-la imediatamente do ar, sob pena de responsabilização.

Existe no Brasil iniciativa semelhante, o Projeto de Lei n. 4.906/01, do Senado Federal, que reconhece expressamente a incidência do Código de Defesa do Consumidor ao comércio eletrônico (artigo 30) e isenta os “provedores de transmissão de informações” da responsabilidade pelo conteúdo das informações transmitidas (artigo 35), desobrigando-os de fiscalizar mensagens de terceiros (artigo 37). Fixa, contudo, a responsabilidade civil e criminal do provedor de serviço que, tendo conhecimento inequívoco da prática de crime em arquivo eletrônico por ele armazenado, deixa de promover a imediata suspensão ou interrupção de seu acesso (artigo 38).

Fonte: http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=100532. Acesso em: 06 mar. 2012